



Construindo qualidade de vida

## **EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Av. República do Líbano, nº 1921

São Paulo - SP

CNPJ/MF nº 08.312.229/0001-73

Companhia Aberta de Capital Autorizado

### **SUMÁRIO**

<b>DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....</b>	<b>5</b>
<b>1. Informar o lucro líquido do exercício: .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: .....</b>	<b>5</b>
<b>3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído: .....</b>	<b>5</b>
<b>4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: .....</b>	<b>5</b>
<b>5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: ...</b>	<b>5</b>
a. o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.....	5
b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio .....	5
c. eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio .....	5
d. data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento .....	5
<b>6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores, (a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; (b) informar a data dos respectivos pagamentos: .....</b>	<b>6</b>
<b>7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: (a) lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores; (b) dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 exercícios anteriores:: .....</b>	<b>6</b>
<b>8. Havendo destinação de lucros à reserva legal: .....</b>	<b>6</b>
a. identificar o montante destinado à reserva legal .....	6
b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.....	6
<b>9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos, (a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos o mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe : .....</b>	<b>6</b>
<b>10. Em relação ao dividendo obrigatório: .....</b>	<b>6</b>
a. descrever a forma de cálculo prevista no estatuto .....	6
b. Informar se ele está sendo pago integralmente .....	7
c. informar o montante eventualmente retido .....	7
<b>11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia, (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da</b>	

companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; (c) justificar a retenção dos dividendos::	7
<b>12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências, (a) identificar o montante destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; (d) justificar a constituição de reserva:</b>	<b>7</b>
<b>13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar, (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; (b) informar a natureza dos lucros não realizados, que deram origem à reserva:</b>	<b>7</b>
<b>14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:</b>	<b>7</b>
a. descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva	7
b. identificar o montante destinado à reserva	7
c. descrever como o montante foi calculado	7
<b>15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital, capital, (a) identificar o montante da retenção; (b) fornecer cópia do orçamento de capital:</b>	<b>8</b>
<b>16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais, (a) informar o montante destinado à reserva, (b) explicar a natureza da destinação:</b>	<b>8</b>
<b>10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES</b>	<b>9</b>
<b>10.1. Demonstrações Financeiras</b>	<b>9</b>
a. condições financeiras e patrimoniais gerais	9
b. estrutura de capital	10
c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos	10
d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas	11
e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.	11
f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas	12
g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados	12
h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras	14
<b>10.2. Operação e Riscos</b>	<b>28</b>
a. resultados das operações do emissor	28
b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços	28
c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor	28
<b>10.3. Operações Relevantes</b>	<b>29</b>
a. introdução ou alienação de segmento operacional	29
b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária	29
c. eventos ou operações não usuais	29
<b>10.4. Alteração de Práticas Contábeis</b>	<b>29</b>
a. mudanças significativas nas práticas contábeis	29
b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis	30
c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor	32
<b>10.5. Políticas Contábeis Críticas</b>	<b>33</b>
<b>10.6. Itens Relevantes Não-Evidenciados nas Demonstrações Financeiras</b>	<b>42</b>
a. itens relevantes não-evidenciados nas demonstrações financeiras	42
b. outros itens não-evidenciados nas demonstrações financeiras	42

<b>10.7. Outros Itens Não-Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>42</b>
a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor .....	43
b. natureza e o propósito da operação .....	43
c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação .....	43
<b>10.8. Plano de Negócios.....</b>	<b>43</b>
a. investimentos .....	43
b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor .....	43
c. novos produtos e serviços.....	43
<b>10.9. Outros Fatores que Influenciaram de Maneira Relevante o Desempenho Operacional .....</b>	<b>43</b>

## **PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES .....44**

### **13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....44**

<b>13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração .....</b>	<b>44</b>
a. objetivos da política ou prática de remuneração .....	44
b. composição da remuneração .....	44
c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração .....	46
d. estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho .....	46
e. alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo .....	46
f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos .....	46
g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia .....	46
<b>13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.....</b>	<b>46</b>
<b>13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.....</b>	<b>49</b>
<b>13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.....</b>	<b>49</b>
a. termos e condições gerais .....	49
b. principais objetivos do plano.....	49
c. forma como o plano contribui para esses objetivos.....	50
d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia .....	50
e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo .	50
f. número de ações abrangidas.....	50
g. número máximo de opções a serem outorgadas .....	50
h. condições de aquisição de ações.....	50

i. critérios de fixação do preço de aquisição ou exercício .....	50
j. critérios para fixação do prazo de exercício.....	50
k. forma de liquidação.....	51
l. restrições à transferência das ações .....	51
m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano	51
n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações .....	51
<b>13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária .....</b>	<b>52</b>
<b>13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.....</b>	<b>52</b>
<b>13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo .....</b>	<b>52</b>
<b>13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções) .....</b>	<b>52</b>
<b>13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social .....</b>	<b>52</b>
<b>13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela .....</b>	<b>53</b>
<b>13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal, valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual.....</b>	<b>53</b>
<b>13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia) .....</b>	<b>54</b>
<b>13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.....</b>	<b>54</b>
<b>13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados .....</b>	<b>54</b>
<b>13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos .....</b>	<b>54</b>
<b>13.16. Fornecedor outras informações que o emissor julgue relevantes.....</b>	<b>54</b>

## DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

### 1. Informar o lucro líquido do exercício:

O Lucro Líquido contábil da Companhia do exercício findo em 31.12.2015 é de R\$444.010.407,76 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, dez mil, quatrocentos e sete reais, setenta e seis centavos).

### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

2015	Proposta de Distribuição de Dividendos
Valor Total Bruto	R\$105.452.471,84
Valor por Ação	0,671421761

Para efeito do cálculo do Valor por Ação, foram consideradas as 157.058.466 ações da Companhia. Não houve declaração de dividendos antecipados ou juros sobre capital próprio no exercício.

### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A administração propõe a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

### 4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não Aplicável.

### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

#### ***a. o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe***

O valor dos dividendos propostos é de R\$0,671421761 por ação ordinária. Não houve distribuição de dividendos antecipados.

#### ***b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio***

A Administração propõe que os dividendos propostos para a Assembleia Geral Ordinária sejam pagos até 30.11.2016.

#### ***c. eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio***

Os dividendos serão pagos no prazo indicado no item 5.b acima, sem qualquer correção monetária entre a data da sua declaração e a data do pagamento.

#### ***d. data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento***

	Proposta de Distribuição de Dividendos
Base Acionária da Distribuição	29.04.2016
Data de Início das Negociações Ex-Direitos	02.05.2015

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores, (a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; (b) informar a data dos respectivos pagamentos:**

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: (a) lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores; (b) dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 exercícios anteriores::**

	2012	2013	2014	2015
Lucro líquido do exercício	R\$336.166.512,27	R\$585.986.643,70	R\$474.324.148,37	R\$444.010.407,76
Dividendo distribuído	R\$79.839.546,66	R\$139.171.827,88	R\$112.651.985,24	R\$105.452.471,84
Juros sobre capital próprio distribuído	-	-	-	-

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

***a. identificar o montante destinado à reserva legal***

Nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, a administração propõe a destinação de R\$23.716.207,42 (vinte e três milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e sete reais, e quarenta e dois centavos) à Reserva Legal.

***b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal***

O montante destinado à Reserva Legal foi calculado nos termos do disposto nos artigos 189 a 193 da Lei n.º 6.404/76, conforme demonstrado abaixo:

<b>Lucro líquido do exercício</b>	R\$444.010.407,76
<b>Ajuste de exercícios anteriores</b>	-
<b>Reserva Legal (5% do Lucro Líquido)</b>	(R\$22.200.520,39)

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos, (a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos o mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe :**

A Companhia não possui ações preferenciais.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

***a. descrever a forma de cálculo prevista no estatuto***

Nos termos do Artigo 25, §1º do Estatuto Social da Companhia, ajustado na forma prevista no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

***b. Informar se ele está sendo pago integralmente***

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente no exercício de 2016.

***c. informar o montante eventualmente retido***

Não há retenção de dividendo obrigatório.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia, (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; (c) justificar a retenção dos dividendos::**

Não há retenção de dividendo obrigatório.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências, (a) identificar o montante destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; (d) justificar a constituição de reserva:**

Não há destinação de resultado para a reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar, (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; (b) informar a natureza dos lucros não realizados, que deram origem à reserva:**

Não há destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

***a. descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva***

Nos termos do disposto no Artigo 25, alínea "f" de seu Estatuto Social, "a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia".

***b. identificar o montante destinado à reserva***

Foi destinado o montante de R\$316.357.415,53 (trezentos e dezesseis milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quinze reais, cinquenta e três centavos) para a Reserva de Expansão. A Administração da Companhia encaminhará para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, agendada para 29 de abril de 2016, o aumento de capital social mediante a capitalização de parte da reserva de lucros, no montante de R\$136.704.485,57 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), com emissão de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Desta forma, permanecerá, após a capitalização, o montante de R\$179.652.929,96 (cento e setenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais, e noventa e seis centavos) como Reserva de Expansão.

***c. descrever como o montante foi calculado***

O montante destinado à Reserva de Expansão da Companhia foi calculado nos termos do disposto nos artigos 191 a 194 da Lei n.º 6.404/76, conforme demonstrado abaixo:

<b>Lucro líquido do exercício</b>	R\$444.010.407,76
<b>Ajuste de exercícios anteriores</b>	-
<b>Reserva Legal (5% do Lucro Líquido)</b>	<u>(R\$22.200.520,39)</u>
	R\$421.809.887,37
<b>Dividendos propostos – 25%</b>	<u>(R\$105.452.471,84)</u>
<b>Reserva de expansão</b>	R\$316.357.415,53

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital, capital, (a) identificar o montante da retenção; (b) fornecer cópia do orçamento de capital:**

Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais, (a) informar o montante destinado à reserva, (b) explicar a natureza da destinação:**

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.



## 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

### 10.1. Demonstrações Financeiras

Com a aplicação das normas IFRS 10 (CPC 36 R3) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 – Acordos de Participações / CPC19 R2 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), algumas controladas em conjunto, deixaram de ser consolidadas, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, passando a utilizar o método de equivalência patrimonial. Essa adoção não impactou no Patrimônio Líquido e Resultado da Companhia. Desta forma, a análise abaixo toma como base as Demonstrações de Resultado de 2015, 2014 e 2013 e as informações de balanço de 2015, 2014 e 2013.

#### *a. condições financeiras e patrimoniais gerais*

A EZTEC se destaca como uma das companhias de maior solidez financeira e lucratividade do setor de construção civil e incorporação imobiliária do país. Seguem alguns destaques da condição financeira da Companhia:

**Disponibilidade de Caixa** – Em 31 de dezembro de 2015, a EZTEC encerrou com Caixa Disponível e Aplicações Financeiras de R\$393,3 milhões, contra R\$234,5 milhões em 2014 e R\$199,3 milhões em 2013, aumento que se deve a entrada de caixa a partir do incremento no volume de unidades entregues ano a ano (3.769 unidades entregues em 2015, 2.996 unidades entregues em 2014, 2.151 unidades entregues em 2013), além do encerramento da operação de vendas do *EZ Towers – Torre A*, com os recebimentos previstos em contrato. A Companhia contava ainda, ao final de 2015, com R\$405,9 milhões em Recebíveis Performados. Esses recebíveis, passíveis de securitização e remunerados a IGPM+10 a 12% ao ano, tiveram aumento de 17,5% em relação a 2014, que já havia aumentado 22,5% em relação a 2013, devido ao aumento no volume de entregas de obra no exercício.

**Baixo Endividamento** – A EZTEC apresenta um endividamento bruto de R\$227,7 milhões em 2015, contra R\$507,0 milhões em 2014, valor que foi 73,1% superior a 2013. O incremento e a redução drástica, deve-se principalmente ao endividamento para a por conta do financiamento à construção do projeto *EZ Towers*, que respondia por R\$367 milhões ao final de 2014. A dívida ao final de 2015 corresponde a 8,4% do patrimônio líquido (contra 21,0% em 2014 e 13,9% em 2013), somente em linhas de financiamento à produção, com taxas que variam entre 8,5%+TR ao ano até 9%+TR ao ano. Aliado ao Caixa Disponível e Aplicações Financeiras de R\$393,3 milhões, a Companhia apresenta um Caixa Líquido de R\$165,6 milhões, contra R\$272,5 milhões de Dívida Líquida em 2014 e R\$93,6 milhões em 2013, em razão das entregas das obras lançadas a partir de 2012, incluindo a *Torre A* do *EZ Towers*, além da redução nos investimentos em terrenos e CEPACs. Estabelecendo a relação entre dívida (caixa) líquida e patrimônio líquido, observamos -6,1% ao final de 2015, 11,3% ao final de 2014, contra 4,5% ao final de 2013.

**Elevadas Margens Operacionais** – A Companhia busca manter uma operação eficiente, de forma que o resultado bruto gerado não seja consumido por despesas operacionais. A EZTEC apresentou em 2015 uma margem EBITDA de 48,4%, contra de 46,3% em 2014, que foi 3,7 p.p inferior a 2013, e uma margem líquida de 54,5%, contra 49,9% em 2014, em que houve redução de 1,6 p.p. em relação a 2013. A redução das margens entre 2013 e 2014 deve-se principalmente a um incremento das despesas operacionais no exercício de 2014, considerando ainda que houve uma redução na receita reconhecida em comparação com o exercício de 2013. No exercício de 2015, além da redução nas despesas operacionais, deve-se considerar o incremento no resultado oriundo de projetos operados com parceiros, reconhecidos via equivalência patrimonial. Especificamente para a margem líquida, o incremento no resultado financeiro também possui um peso maior no resultado final, quando comparado aos exercícios anteriores.

**Equivalência Patrimonial** - A partir de 1º de janeiro de 2013, passaram a valer as normas IFRS 10 e IFRS 11, que tratam de operações de empreendimentos não-controlados pela Companhia. Essa adoção não impacta o Patrimônio Líquido e Resultado Líquido da EZTEC. Adotando o normativo CPC 19 e 36, uma parcela dos ativos e passivos, receitas e despesas deixam de ser consolidadas proporcionalmente. A Companhia entende como empreendimento não-controlado, aquele empreendimento cujas decisões operacionais e financeiras não são tomadas de forma exclusiva pela EZTEC. Em 2015, o volume de o volume de resultados originados em empreendimentos não-controlados, expresso na linha de Equivalência Patrimonial da demonstração de resultados totalizou R\$115,2 milhões, um claro incremento em relação a 2014, em que atingiu R\$103,7 milhões, e em relação aos R\$104,5 milhões obtidos em 2013. Este incremento em relação aos anos anteriores, deve-se

ao maior número de empreendimentos não-controlados lançados e em fase de construção entre 2013 e 2014, com maior intensidade no reconhecimento de receita e lucro ao longo de 2015.

**Alta Rentabilidade** – A EZTEC apresentou um Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 18,4% em 2015, contra 22,6% em 2014, este sendo 12,8 p.p. inferior aos 35,4% de 2013. Analisando o seguido decréscimo em 2014 e 2015 deve-se considerar: [i] a maior base de capital da Companhia desde 2013, considerando o volume de lucros acumulados e retidos de exercícios anteriores; [ii] menor volume de lançamentos em 2014 e 2015, com decréscimo do volume vendido e por consequência, da receita reconhecida e do lucro apurado e [iii] redução paulatina do volume de obras em execução entre 2014 e 2015 por conta das entregas, afetando também o reconhecimento de receita.

### ***b. estrutura de capital***

A Companhia apresenta baixos níveis de endividamento, tendo operado nos últimos exercícios sociais com Caixa Líquido.

#### ESTRUTURA DE CAPITAL (Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Caixa e Equivalentes de Caixa	78.840	128.411	62.808	-39%	104%
Aplicações financeiras	314.489	106.071	136.517	196%	-22%
Empréstimos e Financiamentos	- 227.721	- 506.968	- 292.932	-55%	73%
Caixa Líquido	165.608	- 272.486	- 93.607	-161%	191%
Patrimônio Líquido	2.705.554	2.416.809	1.784.536	12%	35%
Estrutura de Capital					
Capital Próprio	82,2%	70,8%	88,4%	11,5 p.p	-17,6 p.p
Capital de Terceiros	17,8%	29,2%	11,6%	-11,5 p.p	17,6 p.p

Em 31 de dezembro de 2015, a EZTEC possuía posição de Caixa Líquido de R\$165,6 milhões, contra Dívida Líquida de R\$272,5 milhões em 2014, em que houve aumento de 191,1% em relação aos R\$93,6 milhões de dezembro de 2013. A principal razão para o incremento na Dívida Líquida nos exercícios anteriores, e a inversão da posição de caixa neste último exercício, foi o projeto *EZ Towers*, que encerrou 2014 com saldo devedor de financiamento à construção de R\$367,0 milhões (R\$157,4 milhões em dezembro de 2013). Esta dívida foi transferida à São Carlos, adquirente da Torre A do projeto, em 2015, encerrando a operação de venda desta torre.

### ***c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos***

Conforme mencionado na seção 10.1.b, a Companhia opera com caixa líquido em 2015 (antes com baixo endividamento), predominantemente financiando suas operações com capital próprio. A Companhia acredita possuir liquidez, patrimônio e disponibilidades suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos em 2016, conforme demonstra o índice de Liquidez Corrente calculado abaixo:

#### LIQUIDEZ CORRENTE (Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Ativo Circulante	1.779.434	1.993.175	1.595.657	-11%	25%
Passivo Circulante	318.640	867.047	403.573	-63%	115%
Liquidez Corrente	5,58	2,30	3,95	143%	-42%

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia entende que tem capacidade para contratá-los. O crescimento de 143% na liquidez corrente entre 2014 e 2015 se deve [i] a entrega de obras, incluindo o *EZ Towers*, com a entrada de caixa e a quitação das dívidas de financiamento à produção a partir do repasse de clientes às instituições financeiras; e [ii] redução de investimentos nas aquisições de terrenos. Sobre a queda de 41,9% na liquidez entre 2013 e 2014, deve-se considerar não só os recebíveis e dívida da Torre A do *EZ Towers*, mas também o incremento nas parcelas a pagar de terrenos, decorrente das aquisições realizadas nos 2 exercícios mencionados.

***d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas***

As atividades da Companhia são financiadas principalmente por recursos próprios gerados em suas operações e, quando necessário, a Companhia recorre a financiamentos junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o qual oferece taxas de juros subsidiadas pelo sistema de poupança, opção de pagamento antecipado, e a possibilidade de amortização através do repasse dos recebíveis dos adquirentes de unidades imobiliárias aos bancos. A abertura e evolução dos níveis de endividamento estão disponíveis na seção 10.1.g.

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não realizou investimentos significativos em ativos imobilizados.

***e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

A administração pretende que a Companhia continue com sua estratégia de manutenção de baixos índices de endividamento, constituídos das operações com o SFH. Caso seja necessário, realizará a securitização de recebíveis performados, a emissão debêntures de longo prazo, ou o estabelecimento de linhas para capital de giro.

RECEBÍVEIS PERFORMADOS

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Recebíveis Performados	405.903	444.192	362.753	-9%	22%
Créditos de clientes securitizados	-	95	936	-100%	-90%
	405.903	444.097	361.817	-9%	23%

O incremento no volume de recebíveis performados, conforme citado anteriormente, deve-se ao aumento no volume de unidades entregues pela Companhia nos últimos 3 exercícios.

Atualmente a Companhia não possui projeção de realizar investimentos significativos em ativos imobilizados.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas**  
**(i) Contratos de Financiamentos Relevantes:**

Os empréstimos e financiamentos do Consolidado tem variação monetária pela "TR", acrescida de juros que variam entre 8,5% a 9%a.a, com vencimento final previsto para abril de 2018, no montante de R\$227,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$56,8 milhões no circulante e R\$170,9 milhões no não circulante (R\$507,0 milhões sendo R\$456,5 milhões no circulante e R\$50,5 milhões no não circulante em 31 de dezembro de 2014). Esta queda tem como principal fator a dívida correspondente ao financiamento ao *EZ Towers*, no montante de R\$367,0 milhões em 2014, cujo contrato de financiamento foi assumido integralmente pela São Carlos em 2015.

A garantia dos empréstimos e financiamentos relacionados ao desenvolvimento de obras é a hipoteca do próprio imóvel.

O crescimento do endividamento entre 2013 e 2014, de R\$292,9 milhões em 31 de dezembro 2013 para R\$507 milhões em dezembro de 2014, deve-se ao financiamento à produção do *EZ Towers*, conforme citado anteriormente.

**(ii) Outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras:**

Não há.

**(iii) Grau de Subordinação entre as dívidas:**

Não há grau de subordinação entre as dívidas, uma vez que tratam de financiamentos relacionados ao desenvolvimento de obras, cuja garantia é a hipoteca do próprio imóvel.

**(iv) Cláusulas Restritivas:**

Os contratos de financiamento citados, referentes ao desenvolvimento de obras, possuem cláusulas restritivas da seguinte natureza:

- Se o crédito não for integralmente aplicado na construção do Empreendimento;
- Modificação do projeto de construção sem aviso prévio à instituição credora;
- Se o Devedor gravar, total ou parcialmente, com quaisquer ônus o bem objeto da garantia;
- Retardamento ou paralisação da obra;
- Cessão ou transferência a terceiros de direitos e obrigações, sem o expresso consentimento do Credor;
- Mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da emitente, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

A EZTEC cumpre integralmente todas as cláusulas previstas em seus contratos de financiamento.

**g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2013, a EZTEC possuía aproximadamente R\$2.334,1 milhões de operações de SFH já contratadas, das quais R\$292,9 milhões efetivamente contabilizados em balanço (tendo utilizado 12,5% do total contratado).

Em 31 de dezembro de 2014, a EZTEC possuía aproximadamente R\$2.551,4 milhões de operações de SFH já contratadas, das quais R\$507,0 milhões efetivamente contabilizados em balanço (tendo utilizado 19,9% do total contratado).

Em 31 de dezembro de 2015, a EZTEC possuía aproximadamente R\$974,4 milhões de operações de SFH já contratadas, das quais R\$227,7 milhões efetivamente contabilizados em balanço (tendo utilizado 23,4% do total contratado).

A liberação dos recursos provenientes das linhas de crédito do sistema financeiro de habitação (SFH) ocorre conforme cronograma físico-financeiro de cada obra financiada.

O crescimento verificado entre 2013 e 2014 no volume de operações SFH contratadas decorre do crescimento do volume de projetos lançados principalmente entre 2011 e 2013 (em 2011 lançamentos de R\$1.157,4 milhões; 2012 lançamentos de R\$1.189,1 milhões considerando R\$23,0 milhões relativo às aquisições de

participação societárias em projetos lançados em anos anteriores; 2013 lançamentos de R\$1.915,5 milhões, considerando R\$564 milhões referentes ao empreendimento EZ Towers e R\$90,2 milhões referentes às aquisições de participação societárias em projetos lançados em anos anteriores). Em 2014, o volume de lançamentos foi de R\$1.068,4 milhões, considerando R\$284,4 milhões referentes à aquisição de participação do projeto *Cidade Maia*. Desta forma, para garantir recursos para o financiamento do crescente volume de projetos lançados, a Companhia optou por contratar o crescente volume mencionado, com bancos comerciais. Este volume contratado deverá ser quitado, principalmente, através do processo de transferência do saldo devedor dos clientes junto a incorporadora para os bancos ("repasso"). Em 2015, com a entrega dos projetos lançados entre 2011 e 2012, com a quitação dos saldos devedores, sem volumes de lançamentos similares aos de anos anteriores, foi possível observar a redução tanto no volume contratado quanto efetivamente contabilizado em balanço.

## ***h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras***

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>					
Receita de venda de imóveis	1.024.585	1.093.533	1.213.636	-6%	-10%
Receita de locações e de serviços prestados	33.164	26.245	17.185	26%	53%
Total da receita operacional bruta	1.057.749	1.119.778	1.230.821	-6%	-9%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>					
Cancelamento de vendas	- 221.635	- 145.927	- 65.078	52%	124%
Impostos incidentes sobre vendas incluindo impostos diferidos	- 21.751	- 22.379	- 26.781	-3%	-16%
Total das deduções da receita bruta	- 243.386	- 168.306	- 91.859	45%	83%
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>					
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	- 397.404	- 451.325	- 542.773	-12%	-17%
<b>LUCRO BRUTO</b>					
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas comerciais	- 45.929	- 58.118	- 48.968	-21%	19%
Despesas gerais e administrativas	- 82.862	- 88.283	- 72.692	-6%	21%
Honorários da Administração	- 13.588	- 15.628	- 11.097	-13%	41%
Equivalência patrimonial	115.245	103.650	104.454	11%	-1%
Provisão para perdas com investimentos	-	-	-	n.a.	n.a.
Despesas tributárias	- 3.831	- 3.040	- 4.912	26%	-38%
Provisão para riscos e processos judiciais	-	-	-	n.a.	n.a.
Reversão de provisão para perdas com CEPAC	-	-	-	n.a.	n.a.
Outras despesas operacionais, líquidas	5.317	2.351	5.530	-326%	-143%
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>					
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras	90.681	64.528	52.900	41%	22%
Despesas financeiras	- 8.713	- 3.827	- 6.364	128%	-40%
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Imposto de renda e contribuição social correntes	- 31.837	- 21.562	- 20.040	48%	8%
Imposto de renda e contribuição social com recolhimento diferido	3.028	1.561	6.246	-294%	-75%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>					
<b>LUCRO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>					
<b>LUCRO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>					
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>					
<b>LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$</b>					
	3	3	4	-13%	-19%

## **Receita Operacional Bruta**

### *Receita de Venda de Imóveis*

A Receita de Vendas de Imóveis foi apropriada ao resultado utilizando-se o método de percentual de evolução financeira de cada empreendimento (PoC), sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado das unidades vendidas dos empreendimentos, em linha ao procedimento previsto na Resolução do CFC 963/03 e descontado o Ajuste a Valor Presente ("AVP") conforme o CPC 12. Com a aplicação das normas IFRS 10 (CPC 36 R3) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 – Acordos de Participações / CPC19 R2 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), algumas controladas em conjunto, deixaram de ser consolidadas, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, passando a utilizar o método de equivalência patrimonial. Essa adoção não impactou no Patrimônio Líquido e Resultado da Companhia. A Companhia não adota a prática de inclusão da comissão de corretagem em seu preço de venda, sendo paga diretamente pelo adquirente do imóvel.

Entre 2014 e 2015, a redução no nível de receita bruta reconhecida se deve principalmente a queda de mais de 50% nas vendas entre os dois exercícios, considerando não só a queda no volume de lançamentos mas também o momento de mercado mais desafiador. Esta queda na venda também explica o decréscimo de 9,9% na Receita de Vendas de Imóveis, decorrente principalmente do decréscimo de 15,5% no volume de vendas, a partir de um menor volume lançado no período. Deve-se considerar também o menor volume de obras sendo reconhecidas no período, comparando com 2013.

### *Receita de Locações e Serviços Prestados*

A Receita de Locações e Serviços Prestados é proveniente da prestação de serviço de vendas de unidades imobiliárias da subsidiária TEC VENDAS, de aluguéis de propriedades da EZTEC enquanto as mesmas não são utilizadas para a atividade de incorporação imobiliária e, em casos de projetos realizados em parceria e cuja construção é realizada pela EZTEC, da taxa de administração desta obra. O aumento de 26% entre 2014 e 2015 (52,7% entre 2013 e 2014) deve-se à: [i] elevada participação da TEC VENDAS na venda das unidades imobiliárias da EZTEC, atingindo 92% das vendas de 2015 (85% das vendas totais de 2014); [ii] evolução de obras com parceiros e executadas pela EZTEC.

## **Deduções da Receita Bruta**

### *Cancelamento de Vendas*

Cancelamento de vendas representa cancelamentos efetuados no exercício, relativos a vendas firmadas anteriormente, que incorporam os efeitos de resultados registrados pela evolução financeira das respectivas obras. Entre os exercícios sociais encerrados em 2014 e 2015, o Cancelamento de Vendas cresceu 51,9% (124,2% entre 2013 e 2014), efeito do ciclo de entregas dos produtos lançados entre 2011 e 2013, maiores volumes operacionais da Companhia. No atual cenário macro econômico, em que se verifica redução da oferta de crédito para pessoa física, o distrato torna-se consequência da impossibilidade de muitos clientes em quitar seu saldo devedor junto à Companhia.

### *Impostos Incidentes sobre Vendas*

Os impostos sobre vendas decresceram 2,8% entre 2014 e 2015 (16,4% entre 2013 e 2014), resultado de um menor volume de vendas e de receita bruta nos comparativos entre os exercícios.

## **Receita Líquida**

Pelas razões anteriormente apresentadas, como o decréscimo na Receita Bruta e o crescimento dos Cancelamentos de Vendas, a Receita Líquida caiu 14,4% entre os exercícios sociais de 2014 e 2015 (queda de 16,5% entre os exercícios sociais de 2013 e 2014).

## **Custo dos Imóveis Vendidos**

O custo dos imóveis vendidos e serviços prestados é composto basicamente pelo custo de terreno, desenvolvimento do projeto (incorporação), custo de construção, custos e provisões para manutenção e encargos financeiros relacionados ao financiamento à produção (SFH). Entre os exercícios de 2014 e 2015, a



queda de 11,9% (queda de 16,8% entre 2013 e 2014) deve-se ao menor volume de lançamentos, o que incorreu em um menor volume de vendas e de obras sendo reconhecidas no período.

### ***Lucro Bruto***

Considerando as variações demonstradas anteriormente, com queda de receita líquida e custos incorridos, o lucro bruto sofreu decréscimo de 16,6% entre 2014 e 2015 (queda de 16,1% entre os exercícios de 2013 e 2014). Importante destacar a manutenção da margem bruta em níveis elevados (51,2% em 2015; 52,6% em 2014, 52,3% em 2013), resultado: [i] do controle rígido dos custos de obra; [ii] da participação relevante na receita de vendas de unidades em estoque, sem destruição de margem; [iii] da venda de unidades de empreendimentos comerciais e residenciais lançados nos últimos 3 exercícios, com margens elevadas; e [iv] das obras executadas e sendo entregues em linha com orçamento ou com economia, permitindo que os resultados andem dentro do esperado.

### ***(Despesas) Receitas Operacionais***

#### *Despesas Comerciais*

As Despesas Comerciais representam todos os gastos da Companhia relacionados a ativos tangíveis (custos com estande, apartamento modelo e respectiva mobília), custos com publicidade e outros gastos referentes ao esforço de divulgação dos empreendimentos. Após os exercícios sociais de 2013 e 2014, em que houve um aumento de 18,7% (aumento de 58,7% entre 2012 e 2013), resultante do maior trabalho realizado pela Companhia, em termos de publicidade e campanhas de vendas; no exercício de 2015 observou-se uma redução de 21%, decorrente da redução de mais 80% no volume de lançamentos, de forma que os gastos se concentraram nas campanhas para vendas de unidades em estoque.

#### *Despesas Gerais e Administrativas e Honorários da Administração*

As Despesas Administrativas, juntamente com os Honorários da Administração, caíram 7,2% entre 2014 e 2015, após terem crescido 24,0% entre os exercícios de 2013 e 2014. Após ter crescido suas operações entre 2010 e 2013, a EZTEC optou por revisar suas despesas e processos administrativos a partir de 2014, em busca de uma maior eficiência, de forma que, a partir do quarto trimestre de 2014, passou-se a observar uma redução que seguiu pelos demais períodos até dezembro de 2015, refletindo já a nova realidade operacional da Companhia. Vale ressaltar que as normas IFRS 10 e IFRS 11 e dos normativos CPC 19 e 36, fazem com que as Receitas de operações controladas em conjunto com parceiros sejam reconhecidas apenas via Equivalência Patrimonial, enquanto as Despesas relativas à esses empreendimentos são reconhecidas de forma integral no resultado da Companhia.

#### *Despesas Tributárias*

As despesas tributárias englobam, basicamente, despesas com IPTU, além de outros tributos referentes à terrenos e às operações da Companhia. Entre 2013 e 2014, ocorreu redução de 38,1%, para R\$3,0 milhões, em virtude de um menor volume gasto com Impostos sobre Operações Financeiras e a redução do volume de IPTU pago nos terrenos em estoque. Em 2015, ocorreu incremento de 26% devido ao maior volume de Impostos sobre Operações Financeiras e aumento no volume de IPTU pago.

### ***Lucro Operacional antes dos Efeitos Financeiros***

A queda de 10,3% entre 2014 e 2015 (23,2% entre os exercícios de 2013 e 2014) deve-se a um menor volume de lucro bruto, conforme explicado anteriormente, ainda que em 2015 tenha sido possível reduzir a queda ajustando as despesas operacionais.



## Resultado Financeiro

### RESULTADO FINANCEIRO

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
<b>Receitas:</b>					
Receita financeira	41.871	25.337	13.838	65%	83%
Juros ativos sobre contas a receber de clientes	44.650	35.180	33.357	27%	5%
Outras	4.160	4.011	5.705	4%	-30%
	90.681	64.528	52.900	41%	22%
<b>Despesas:</b>					
Juros e variações monetárias passivas	- 1.524	- 762	- 17	100%	4382%
Descontos concedidos sobre contas a receber de cli	- 4.905	- 2.147	- 5.734	128%	-63%
Outras	- 2.284	- 918	- 613	149%	50%
	- 8.713	- 3.827	- 6.364	128%	-40%

### Receitas Financeiras

As Receitas Financeiras cresceram 41% entre 2014 e 2015 (22,0% entre os exercícios sociais de 2013 e 2014) decorrência do [i] aumento na carteira de recebíveis performados, remunerada a IGP-M+12%, gerando receita financeira; [ii] aumento do IGP-M; e [iii] do maior volume de aplicações financeiras gerando receita ao longo do ano.

A EZTEC não utiliza instrumentos derivativos para financiar suas atividades ou com a finalidade de alavancar potenciais ganhos financeiros. Os recursos da Companhia estão aplicados diversos fundos de investimento.

### Despesas Financeiras

As Despesas Financeiras representam os gastos com emissão de boletos, encargos de manutenção de contas bancárias da holding e dos empreendimentos e descontos concedidos a clientes pela antecipação de parcelas. A queda entre 2013 e 2014 deve-se a redução na conta de descontos sobre contas a receber. Em 2015, a Companhia concedeu mais descontos a seus clientes para quitação de saldo devedor, de forma que foi possível verificar incremento de 128%.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

Ao final de dezembro de 2012, foi publicada no Diário Oficial da União, a Medida Provisória Nº601, que alterou, a partir de janeiro de 2013, as alíquotas de PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social para incorporações submetidas ao Regime Especial de Tributação do Patrimônio de Afetação. Desta forma, ocorreu ajuste de parcela do imposto diferido ao final do 3T12, com pagamento a partir de 2013, refletindo as novas alíquotas de IR e CSLL para incorporações submetidas ao Patrimônio de Afetação. De acordo com a medida, as alíquotas de IR+CSLL reduzem de 2,87% para 1,92%. Entre 2013 e 2014, a queda de 12% deve-se ao menor volume de receita reconhecida. O incremento de 24,6% entre 2014 e 2015 pode ser melhor compreendido considerando o impacto de R\$6,0 milhões por conta da provisão de imposto por ganho na aquisição do projeto Chácara Cantareira.

## Lucro Líquido do Exercício

Pelas razões anteriormente apresentadas, o Lucro Líquido do Exercício teve redução de 19,1% em 2014, quando comparado a 2013 e de 6,4% em 2015, quando comparado a 2014. Entretanto, foi possível observar a melhora na margem líquida em 2015, a partir do incremento da participação do resultado financeiro lucro líquido, redução nas despesas operacionais e incremento no volume de equivalência patrimonial reconhecida.

EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	78.840	128.411	62.808	-39%	104%
Aplicações financeiras	314.489	106.071	136.517	196%	-22%
Contas a receber de clientes	528.683	1.060.113	876.492	-50%	21%
Imóveis a comercializar	814.911	635.957	504.611	28%	26%
Impostos a compensar	2.780	1.745	1.618	59%	8%
Dividendos a Receber de Controladas em Conjunto	32.826	29.405	-	12%	n.a.
Outros créditos	-	31.473	13.611	-100%	131%
Certificado de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	6.905	-	-	n.a.	n.a.
Despesas antecipadas	-	-	-	n.a.	n.a.
Total do ativo circulante	1.779.434	1.993.175	1.595.657	-11%	25%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a receber de clientes	443.157	332.388	406.026	33%	-18%
Imóveis a comercializar	629.657	634.124	394.672	-1%	61%
Titulos a receber	14.618	14.618	14.618	0%	0%
Impostos a compensar	11.924	17.717	17.492	-33%	1%
Certificado de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	-	-	-	n.a.	n.a.
Partes relacionadas	1.843	638	4.173	189%	-85%
Outros créditos	16.151	5.572	18.484	190%	-70%
Investimentos	385.934	406.654	386.458	-5%	5%
Imobilizado	2.842	4.296	5.644	-34%	-24%
Intangível	5.463	6.694	6.176	-18%	8%
Total do ativo não circulante	1.511.589	1.422.701	1.253.743	6%	13%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.291.023</b>	<b>3.415.876</b>	<b>2.849.400</b>	<b>-4%</b>	<b>20%</b>

## ***Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras***

### CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Caixa e bancos	78.840	128.411	62.808	-39%	104%
Aplicações Financeiras	314.489	106.071	136.517	196%	-22%
Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	393.329	234.482	199.325	68%	18%

As aplicações descritas na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa possuem liquidação imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As Aplicações Financeiras referem-se a aplicações em CDBs e classificadas como "Disponíveis para Negociação", de acordo com as necessidades de caixa da Companhia, com taxas que variam de 90% a 101,8% do CDI em 2015 (90% a 101,6% do CDI em 2014 e 75% a 103,1% do CDI em 2013).

A EZTEC não utiliza instrumentos derivativos para financiar suas atividades ou com a finalidade de alavancar potenciais ganhos financeiros.

O Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subiram 68% entre 2014 e 2015 (17,6% entre 2013 e 2014), em razão da entrada de caixa de parte das unidades entregues (3.769 em 2015, 2.996 em 2014 e 2.151 em 2013) ao longo dos últimos dois exercícios, cujos saldos devedores foram quitados através do financiamento bancário ("repasso"). Além disso, a Companhia reduziu em 2015 os investimentos em terrenos e as despesas operacionais, restando maior caixa.

## Contas a Receber de Clientes

### CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Cientes por incorporação de imóveis - obras concluídas	405.903	444.192	362.753	-9%	22%
Cientes por incorporação de imóveis - obras em construção (*)	563.622	948.290	917.904	-41%	3%
Duplicatas a receber - serviços	2.315	19	1.861	12084%	-99%
	971.840	1.392.501	1.282.518	-30%	9%
Créditos de clientes securitizados				n.a.	n.a.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	n.a.	n.a.
	971.840	1.392.501	1.282.518	-30%	9%
Circulante	528.683	1.060.113	876.492	-50%	21%
Não circulante	443.157	332.388	406.026	33%	-18%

As Contas a Receber de Clientes aumentaram 8,6% entre 2013 e 2014, resultado do maior volume de clientes em carteira a partir de novos lançamentos e vendas, além da evolução das obras destes lançamentos, tornando a carteira de recebíveis "on-balance". Em 2015, com a entrega de obras (incluindo a Torre A do *EZ Towers*) e a não reposição desta carteira com novos lançamentos, observou-se redução de 30%.

A rubrica "Clientes por incorporação de imóveis – obras em construção" apresenta valores líquidos de Ajuste a Valor Presente nos montantes de R\$29,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$21,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$31,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esta variação ocorre de acordo com o volume de vendas de unidades recém-lançadas ou de empreendimentos em fase de construção.

## Imóveis a Comercializar

### IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Imóveis concluídos	189.894	122.233	41.557	55%	194%
Imóveis em construção	487.814	373.341	262.215	31%	42%
Terrenos para novas obras	721.366	728.281	551.722	-1%	32%
Encargos Financeiros	32.458	22.927	5.507	42%	316%
Adiantamento para fornecedores	13.036	23.299	38.282	-44%	-39%
	1.444.568	1.270.081	899.283	14%	41%
Circulante	814.911	635.597	504.611	28%	26%
Não circulante	629.657	634.124	394.672	-1%	61%

Os Imóveis a Comercializar são representados substancialmente pelo custo de formação de imóveis a serem vendidos, concluídos e em construção e terrenos para futuras incorporações.

Os Imóveis a Comercializar aumentaram 41,2% entre 2013 e 2014 e 14% entre os exercícios sociais encerrados em 2014 e 2015, resultado da aquisição de terrenos e direitos para novas incorporações imobiliárias e de um maior volume de obras entregues ou em estágio avançado, cujas unidades, quando não vendidas, compõem o volume de imóveis a comercializar. A rubrica de encargos financeiros refere-se aos juros de financiamento imobiliário referente a unidades ainda não vendidas e cresceu nos últimos exercícios por conta do próprio crescimento do estoque de unidades.

## Impostos a Compensar

### IMPOSTOS A COMPENSAR

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13.452	18.510	18.234	-27%	2%
Outros Impostos	1.252	952	876	32%	9%
	14.704	19.462	19.110	-24%	2%
Circulante	2.780	1.745	1.618	59%	8%
Não circulante	11.924	17.717	17.492	-33%	1%

Os Impostos a Compensar tiveram variação pouco relevante entre os exercícios de 2013 e 2014. Entre os exercícios sociais encerrados em 2014 e 2015 diminuíram 24%. Essa diminuição foi causada por impostos restituídos referentes a exercícios anteriores.

## Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18.

De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. O incremento verificado entre os exercícios de 2013 e 2014 (5,2%) e entre 2014 e 2015 (7,1%) deve-se ao incremento das operações da Companhia, com aquisições de terrenos, desenvolvimento e lançamento de produtos com parceiros.

Sociedades controladas	Controladora							
	Participação direta %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos	
							31/12/2015	31/12/2014
Alessandra Incorporadora Ltda.	99,99%	10.275	6	10.269	(282)	(282)	10.269	9.788
Alexandria Incorporadora Ltda.	99,99%	41.211	1.690	39.521	5.446	5.446	39.521	48.107
Alfenas Incorporadora Ltda.	99,99%	31.316	1.593	29.724	3.391	3.391	29.724	28.847
Arambaré Incorporadora Ltda.	99,99%	24.926	169	24.757	(141)	(141)	24.757	24.148
Arapané Incorporadora Ltda.	99,99%	23.402	1.606	21.796	1.463	1.463	21.796	39.373
Ares da Praça Empreendimento Imob. Ltda. (a)	70,00%	184.098	44.496	139.602	53.937	37.756	97.721	59.965
Aurillac Incorporadora Ltda.	99,99%	23.567	2.313	21.254	(476)	(476)	21.254	21.717
Áustria Incorporadora Ltda. (a)	50,00%	22.936	126	22.810	(524)	(262)	11.405	9.540
Bergamo Incorporadora Ltda.	99,99%	15.898	3	15.895	(178)	(178)	15.895	15.655
Cabo Frio Incorporadora Ltda. (a)	50,00%	34.383	8	34.375	(339)	(170)	17.188	17.110
Cabreuva Incorporadora Ltda.	99,99%	27.757	63	27.695	(211)	(211)	27.695	19.239
Camila Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	18.877	4.029	14.848	(346)	(346)	14.848	14.448
Catarina Incorporadora Ltda.	99,99%	34.781	1.779	33.002	(1.500)	(1.500)	33.002	42.272
Center Jabaquara Empreendimentos Ltda.	99,99%	35.946	2.266	33.680	2.408	2.408	33.680	64.625
Crown Incorporadora Ltda.	99,99%	35.102	3.363	31.740	3.018	3.018	31.740	39.371
E.Z.L.I. Empreend. Imobiliário Ltda. (a) (c)	99,99%	304.579	169.360	135.219	69.768	69.768	94.653	24.465
Elba Incorporadora Ltda.	99,99%	40.213	1.704	38.509	5.933	5.933	38.508	56.835
Esmirna Incorporadora Ltda.	99,99%	11.360	456	10.904	884	884	10.903	10.174
Florença Incorporadora Ltda.	99,99%	26.871	738	26.133	2.838	2.838	26.133	24.576
Florianópolis Empreend. Imobiliários Ltda. (a)	50,00%	32.564	8.597	23.967	9.441	4.720	11.983	7.263
Galia Incorporadora Ltda.	99,99%	23.124	2	23.122	(184)	(184)	23.122	22.472
Garicema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	327.424	32.211	295.213	62.512	62.512	295.213	345.859
Giopris Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	44.822	2.414	42.408	3.044	3.044	42.408	39.939
Giovanna Incorporadora Ltda.	99,99%	24.512	1.357	23.155	2.795	2.795	23.155	39.120
Gol Incorporadora Ltda.	99,99%	28.292	410	27.883	(55)	(55)	27.883	26.899
Guara Incorporadora Ltda.	99,99%	58.027	1	58.026	(161)	(161)	58.026	57.282
Iracema Incorporadora Ltda. (a)	50,00%	54.469	13	54.456	(239)	(120)	27.228	21.500
J.J. Rodrigues Empreend. Imob. SPE Ltda (a)	50,00%	29.416	853	28.563	4.288	2.144	14.281	17.688
Jauaperi Incorporadora Ltda.	99,99%	34.254	3.366	30.887	3.788	3.788	30.887	27.374
Lafaiete Incorporadora Ltda.	99,99%	30.302	1.967	28.336	1.373	1.373	28.336	17.763
Lausane Incorporadora Ltda.	99,99%	12.956	474	12.482	571	571	12.482	11.991
Limoges Incorporadora Ltda.	99,99%	98.498	21.140	77.358	14.743	14.743	77.358	63.330
Livorno Incorporadora Ltda.	99,99%	28.090	6.543	21.547	9.342	9.342	21.553	12.210
Mairiporã Incorporadora Ltda.	99,99%	166.510	1.413	165.098	8.614	8.614	165.098	127.293
Marcella Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	51.408	2.342	49.066	3.777	3.777	49.066	47.039
Marina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	70.793	14.677	56.117	8.605	8.605	56.117	48.286
Miziara Imobiliários Ltda.	99,99%	85.208	32.204	53.004	7.516	16.160	53.004	14.100

Mônaco Incorporação S.A. (a) (b)	60,00%	104.358	8.331	96.027	19.698	11.819	57.616	105.941
Monza Incorporadora Ltda.	99,99%	18.175	327	17.848	89	89	17.848	17.760
Otawa Incorporadora Ltda.	99,99%	17.551	749	16.803	2.129	2.129	16.803	16.174
Paraíso Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	76.652	12.456	64.195	16.348	16.348	64.195	58.968
Park Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	21.085	2.500	18.585	283	283	18.585	18.302
Phaser Incorporação SPE S.A. (a)	27,50%	690.288	437.897	252.391	125.013	34.379	69.408	37.883
Pinhal Incorporadora Ltda.	99,99%	25.338	96	25.242	(423)	(423)	25.242	18.925
Pirassununga Incorporadora Ltda.	99,99%	17.016	15	17.001	(721)	(721)	17.001	16.556
Priscilla Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	16.519	43	16.475	(130)	(130)	16.475	16.606
Reno Incorporadora Ltda.	99,99%	162.712	17.807	144.904	40.700	40.700	144.904	67.450
San Diego Incorporadora Ltda.	99,99%	21.319	1.999	19.320	5.096	5.096	19.320	18.339
Santarém Incorporadora Ltda.	99,99%	14.081	122	13.960	(574)	(574)	13.960	13.758
Serra Azul Incorporadora Ltda. (a)	45,00%	30.343	1.341	29.001	2.924	1.316	13.051	15.740
Silvana Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	18.391	176	18.215	(566)	(566)	18.215	18.481
Sinco São Paulo Empreend. Imob. Ltda (a)	76,87%	20.125	3	20.121	(348)	(265)	15.311	-
Tatuapé Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	21.820	1.521	20.299	(33)	(33)	20.299	20.283
Tirol Incorporadora Ltda.	99,99%	52.152	26.747	25.405	6.630	6.630	25.405	17.875
Toscana Incorporadora Ltda.	99,99%	22.983	820	22.163	(94)	(94)	22.163	28.616
Trento Incorporadora Ltda.	99,99%	40.748	3.404	37.343	5.633	5.633	37.343	22.087
Treviso Incorporadora Ltda.	90,00%	28.713	1.558	27.155	4.242	3.818	24.439	22.962
Tupi Incorporadora Ltda.	99,99%	54.493	2.862	51.631	(106)	(106)	51.631	16.047
Vale do Paraíba Incorporadora Ltda.	99,99%	57.584	3	57.581	(413)	(413)	57.581	31.864
Valentina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	40.920	2.962	37.958	28.925	28.925	37.958	34.747
Vermont Incorporadora Ltda.	99,99%	29.571	269	29.302	(480)	(480)	29.302	27.821
Verona Incorporadora Ltda.	99,99%	21.021	730	20.291	835	835	20.291	19.456
Village of Kings Incorporadora Ltda.	99,99%	137.493	12.835	124.658	12.157	12.157	124.658	155.683
Vinhedo Incorporadora Ltda.	99,99%	12.278	0	12.278	(165)	(165)	12.278	12.105
Windsor Incorporadora Ltda.	99,99%	31.916	2.842	29.074	2.059	2.059	29.074	62.890
Outros investimentos						22.788	116.987	160.411
Subtotal						462.037	2.755.234	2.591.393
"Mais-valia"							37.001	16.355
Total de investimentos							2.792.235	2.607.748

#### Controladora

Sociedades controladas	Participação direta %	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Investimentos	
						31/12/2014	31/12/2013
Alexandria Incorporadora Ltda.	99,99	19.845	48.107	(1.242)	(1.242)	48.107	97.271
Alfenas Incorporadora Ltda.	99,99	18.917	28.847	820	820	28.847	59.607
Arambaré Incorporadora Ltda.	99,99	28.529	24.148	(648)	(648)	24.148	23.111
Arapanéis Incorporadora Ltda.	99,99	9.831	39.373	13.954	13.954	39.373	23.860
Ares da Praça Empreendimento Imobiliário Ltda. (a)	70	13.621	85.665	46.648	32.654	59.965	27.312
Aurillac Incorporadora Ltda.	99,99	21.733	21.717	(53)	(53)	21.717	21.845
Catarina Incorporadora Ltda.	99,99	7.646	42.272	16.597	16.597	42.272	25.675
Center Jabaquara Empreendimentos	99,99	5.232	64.625	33.867	33.867	64.625	26.458
Crown Incorporadora Ltda.	99,99	15.206	39.371	16.909	16.909	39.371	28.126
E.Z.L.I. Empreendimento Imobiliário Ltda. (d)	70	44.072	34.950	2.140	1.498	24.465	22.967
Elba Incorporadora Ltda.	99,99	17.406	56.836	3.227	3.227	56.835	38.558
Florença Incorporadora Ltda.	99,99	13.312	24.576	4.320	4.320	24.576	20.986
Gália Incorporadora Ltda.	99,9	1	22.472	(169)	(169)	22.472	1
Garicema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99	121.103	345.859	143.739	143.739	345.859	260.530
Giopris Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99	42.063	39.939	(1.792)	(1.792)	39.939	41.611
Giovanna Incorporadora Ltda.	99,99	4.954	39.120	7.649	7.649	39.120	15.372
Gol Incorporadora Ltda.	99,99	26.553	26.899	(8)	(8)	26.899	25.893
Guara Incorporadora Ltda.	99,99	2	57.282	(163)	(163)	57.282	56.505
Iracema Incorporadora Ltda. (a)	50	11.274	42.999	9	4	21.500	20.834
Jauaperi Incorporadora Ltda.	99,99	26.147	27.374	1.062	1.062	27.374	26.767
Limoges Incorporadora Ltda.	99,99	45.723	63.330	8.342	8.342	63.330	68.018
Mairiporã Incorporadora Ltda.	99,99	1	127.293	(970)	(970)	127.293	86.278
Marcella Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99	37.430	47.039	11.104	11.104	47.039	45.767
Marina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99	46.403	48.286	1.657	1.657	48.286	46.920
Mônaco Incorporação S.A. (a)	60	42.016	176.568	25.942	15.565	105.941	95.844
Paraíso Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99	19.886	58.968	20.288	20.288	58.968	38.750
Phaser Incorporação SPE S.A. (a)	27,5	107.378	137.755	97.767	26.886	37.883	29.712
Reno Incorporadora Ltda.	99,99	32.706	102.204	28.393	28.393	102.204	73.811
Tatuapé Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99	20.969	20.283	274	274	20.283	20.009
Toscana Incorporadora Ltda.	99,99	8.037	28.616	7.118	7.118	28.616	32.126
Trento Incorporadora Ltda.	99,99	12.062	22.087	8.837	8.837	22.087	19.579
Treviso Incorporadora Ltda.	90	26.573	25.513	10.187	9.168	22.961	78.593
Vale do Paraíba Incorporadora Ltda.	99,99	1	31.864	(88)	(88)	31.864	2
Valentina Empreendimentos Imobiliários Ltda. (d)	99,99	191	(14.668)	1.555	1.555	-	190
Vermont Incorporadora Ltda.	99,99	3.649	27.821	(416)	(416)	27.821	25.724
Village of Kings Incorporadora Ltda.	99,99	29.789	155.683	52.156	52.156	155.683	76.596
Windsor Incorporadora Ltda.	99,99	11.677	62.890	12.373	12.373	62.890	44.214
Outros investimentos (e)	-	-	-	-	-	56.133	573.498
Subtotal					530.600	2.591.393	2.235.227
"Mais-valia" (b)						16.355	20.273
Total de investimentos						2.607.748	2.255.500
Provisão para perdas em investimentos (c)						(16.020)	(1.857)

#### Imobilizado

O Imobilizado decresceu 23,9% entre 2013 e 2014 e 34% entre os exercícios de 2014 e 2015, devido à estabilização dos investimentos da Companhia ao mesmo tempo em que alguns ativos tiveram altas taxas de depreciação entre 2013 e 2015.

Conforme mencionado na Seção 10.1.d, a Companhia não possui investimentos relevantes em ativos imobilizados.

## ***Intangível***

Representado, principalmente, pelas licenças de softwares. Nos últimos 3 exercícios, houve incremento de 8,4% entre 2013 e 2014 e redução de 18% entre 2014 e 2015. Este item é pouco relevante quando comparado ao total do ativo da Companhia, dependendo principalmente de investimentos na área de tecnologia da informação.

EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	21.944	45.452	54.523	-52%	-17%
Obrigações trabalhistas	8.844	13.773	11.677	-36%	18%
Obrigações fiscais	7.820	7.996	5.848	-2%	37%
Empréstimos e financiamentos	56.811	456.491	20.348	-88%	2143%
Provisão para perdas com investimentos	-	-	-	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
Contas a pagar	26.580	39.002	7.091	-32%	450%
Provisão para garantia	9.813	3.952	3.952	148%	0%
Adiantamento de clientes	44.774	28.249	26.188	58%	8%
Terrenos a pagar	3.459	101.680	98.939	-97%	3%
Dividendos a pagar	105.453	112.652	139.172	-6%	-19%
Partes relacionadas	11.038	15.495	1.002	-29%	1446%
Impostos com recolhimento diferido	22.104	42.305	34.833	-48%	21%
Total do passivo circulante	318.640	867.047	403.573	-63%	115%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	170.910	50.477	272.584	239%	-81%
Terrenos a pagar	58.199	52.302	31.750	11%	65%
Provisão para garantia	4.979	4.806	5.499	4%	-13%
Provisão para riscos e processos judiciais	7.054	6.542	6.542	8%	0%
Impostos com recolhimento diferido	23.131	12.544	16.438	84%	-24%
Aportes para futuras incorporações	-	-	-	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
Outros débitos com terceiros	2.556	5.349	2.548	-52%	110%
Total do passivo não circulante	266.829	132.020	335.361	102%	-61%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	1.220.000	1.050.000	724.070	16%	45%
Reserva Especial de Ágio	38.297	49.414	-	-178%	<i>n.a.</i>
Reservas de capital	-	49.414	38.297	-229%	0%
Reservas de lucros	1.493.409	1.374.851	1.013.179	9%	36%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	2.702.292	2.413.734	1.775.546	12%	36%
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	3.262	3.075	8.990	6%	-66%
Total do patrimônio líquido	2.705.554	2.416.809	1.784.536	12%	35%
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.291.023</b>	<b>3.415.876</b>	<b>2.523.470</b>	<b>-4%</b>	<b>35%</b>

### ***Fornecedores***

As obrigações com Fornecedores caíram 16,6% entre 2013 e 2014 e 52%% entre 2014 e 2015. A rubrica Fornecedores também está relacionada com a fase de construção dos empreendimentos em desenvolvimento. Edifícios em etapas iniciais ou finais de construção (escavação, fundação e acabamento fino) possuem uma baixa simultaneidade de atividades, e, conseqüentemente, menor gasto de construção. Por outro lado, empreendimentos em fases intermediárias (estrutura, alvenaria, fachada, entre outros) possuem alta simultaneidade de atividades, acarretando em maiores custos com construção. No período, não houve alteração na política de prazo de pagamento de fornecedores. Foram entregues 14 empreendimentos em 2015 (14 empreendimentos em 2014 e 10 empreendimentos em 2013). Com a redução de lançamentos, a não reposição de obras justifica a queda em 2015.

### ***Obrigações Trabalhistas***

As Obrigações Trabalhistas cresceram 17,9% entre 2013 e 2014, resultado do crescimento no número de funcionários entre 2012 e 2013, tendo reflexo ainda no último exercício. Com a redução das operações da Companhia e a redução do quadro de funcionários a partir de 2014, foi possível reduzir em 36% este passivo entre 2014 e 2015.

### ***Obrigações Fiscais***

As Obrigações Fiscais subiram 36,7% entre os exercícios sociais encerrados em 2013 e 2014 devido ao aumento do volume de recebimentos, decorrente do crescimento da operação entre 2012 e 2013. Com a redução a partir de 2014, houve um decréscimo de 2% em 2015.

### ***Empréstimos e Financiamentos***

Conforme detalhado na Seção 10.1.f, os Empréstimos e Financiamentos cresceram 73,1% entre 2013 e 2014, resultado da evolução de um maior volume de obras e da conseqüente tomada de SFH, incluindo o *EZ Towers*, cuja dívida correspondia a mais de 70% do total em 2014 (mais de 50% em 2013). Em 2015, com o repasse da dívida referente ao *EZ Towers para a São Carlos*, bem como a entrega de obras com a conseqüente quitação dos financiamentos à produção, observou-se redução de 55%.

Para maiores informações sobre a política de alavancagem da Companhia, vide as Seções 10.1.d a 10.1.g.

### ***Adiantamento de Clientes***

A EZTEC não tem como prática recorrente utilizar permutas de unidades para a aquisição de terrenos, dessa forma, a rubrica Adiantamento de Clientes representa, basicamente, os valores recebidos de clientes em excesso à evolução financeira dos empreendimentos, conforme determinado pela Resolução CFC nº 963/03.

Os Adiantamentos de Clientes cresceram 7,9% entre os exercícios sociais encerrados em 2013 e 2014 e 58% entre 2014 e 2015. Esta variação decorre do estágio de evolução financeira dos projetos da Companhia e da tabela de pagamento dos clientes compradores de unidades.



TERRENOS A PAGAR  
(Em milhares de reais - R\$)

Sociedade controlada	Localização	Consolidado			Variação	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Alessandra Incorporadora Ltda.	Vila Santa Catarina	-	-	-	n.a.	n.a.
Arambaré Incorporadora Ltda.	Praia Grande	Outros	Outros	92	n.a.	n.a.
Cabreúva Incorporadora Ltda.	Guarulhos	-	3.207	-	-100%	n.a.
Center Jabaquara Empreendimentos Imc Jabaquara		-	-	-	n.a.	n.a.
Crown Incorporadora Ltda.	Socorro	385	1.600	1.615	-76%	-1%
Elba Incorporadora Ltda.	Santana	Outros	Outros	150	n.a.	n.a.
Giópris Empreendimentos Imobiliários Lt Jucumã		-	-	1.519	n.a.	-100%
Pinhal Incorporadora Ltda.	Guarulhos	-	3.210	15.000	-100%	-79%
Limoges Incorporadora Ltda.	Vila Mascote	-	-	-	n.a.	n.a.
Marina Empreendimentos Imobiliários Lt Tatuapé		-	-	-	n.a.	n.a.
Paraíso Empreendimentos Imobiliários Lt Saúde		Outros	Outros	921	n.a.	n.a.
San Diego Incorporadora Ltda.	Indianópolis	Outros	Outros	68	n.a.	n.a.
Santarém Incorporadora Ltda.	Vila Santa Catarina	Outros	Outros	900	n.a.	n.a.
Tatuapé Empreendimentos Imobiliários L Butantã		Outros	Outros	141	n.a.	n.a.
Toscana Incorporadora Ltda.	Brooklin Paulista	-	-	-	n.a.	n.a.
Tupi Incorporadora Ltda		2.858	34.300	-	-92%	n.a.
Vale do Paraíba Incorporadora Ltda.	Brooklin Paulista	-	25.300	-	-100%	n.a.
Verona Incorporadora Ltda.	Vila Mascote	Outros	Outros	413	n.a.	n.a.
Mairiporã Incorporadora Ltda.	Santo Amaro	-	33.851	63.250	-100%	-46%
Ypê Incorporadora Ltda.	São Caetano	58.200	52.302	46.620	11%	12%
Outros		215	212	-	1%	n.a.
		61.658	153.982	130.689	-60%	18%
Circulante		3.459	101.680	98.939	-97%	3%
Não circulante		58.199	52.302	31.750	11%	65%

Conforme mencionado anteriormente, a EZTEC acredita que a aquisição de terrenos em dinheiro representa uma vantagem por possibilitar preços mais atrativos.

As obrigações de Terrenos a Pagar subiram 17,8% entre 2013 e 2014, a partir da aquisição de R\$1,2 Bilhão em VGV potencial no exercício de 2014. Entre 2014 e 2015, com praticamente uma única aquisição de terreno neste exercício, as obrigações caíram 60%.

### Dividendos

DIVIDENDOS  
(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Lucro líquido do exercício	444.011	474.324	585.987	-6%	-19%
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	n.a.	n.a.
Reserva legal - 5%	- 22.201	- 23.716	- 29.299	-6%	-19%
	421.810	450.608	556.688	-6%	-19%
Dividendos propostos - 25%	- 105.453	- 112.652	- 139.172	-6%	-19%
Aumento de capital com lucro do exercício	- 136.705	- 169.999	-	-20%	n.a.
Reserva de expansão	179.652	167.956	417.516	7%	-140%
	359.304	335.913	-	7%	n.a.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6404/76.

A EZTEC mantém em sua política de pagar 25% de dividendos deduzidas as reservas legais. As variações entre os exercícios de 2013 e 2014 e 2014 e 2015 decorrem da redução do lucro líquido, conforme explicado anteriormente. Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015, o pagamento de R\$50 milhões em dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

### ***Impostos Diferidos***

#### IMPOSTOS DIFERIDOS

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
PIS e COFINS diferidos	20.435	28.533	26.715	-28%	7%
IRPJ diferidos	16.746	17.268	16.107	-3%	7%
CSLL diferidos	8.054	9.048	8.449	-11%	7%
	45.235	54.849	51.271	-18%	7%
Circulante	22.104	42.305	34.833	-48%	21%
Não circulante	23.131	12.544	16.438	84%	-24%

Os Impostos Diferidos são calculados tomando-se por base as receitas apropriadas ao resultado do exercício que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento é efetuado à medida que os respectivos recebimentos ocorrem, em conformidade com o estabelecido pela legislação fiscal.

Conforme explicado anteriormente, devido à Medida Provisória Nº601 de 28 de Dezembro de 2012, houve redução das alíquotas de impostos para incorporações submetidas ao Regime Especial de Tributação do Patrimônio de Afetação. Desta forma, os impostos foram diferidos sob a alíquota consolidada (PIS+COFINS+IR+CSLL) de 4% sobre o faturamento bruto, e não mais 6%. Em relação ao incremento entre os exercícios de 2013 e 2014, deve-se ao incremento no volume de entregas, cujo recebimento do saldo devedor ocorreu em 2015, com pagamento do imposto. A queda, em 2015, justifica-se pela redução nas vendas e pelo incremento dos distratos.

### ***Patrimônio Líquido***

#### *Capital Social*

Em 3 de março de 2007, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o aumento de capital social no valor de R\$2.762 mil, com emissão de novas ações, e nessa mesma Assembleia foi aprovado o agrupamento das ações, passando a ser 100.000.000 ações ordinárias sem valor nominal.

Em 27 de abril de 2007, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado aumento de capital para R\$181.923 mil, mediante capitalização de reserva de lucros e do resultado apurado no trimestre findo em 31 de março de 2007, nos montantes de R\$5.137 mil e de R\$8.824 mil, respectivamente, sem a emissão de novas ações.

Em 17 de maio de 2007, o capital social da Companhia era de R\$181.923 mil, dividido em 100.000.549 ações ordinárias sem valor nominal, mediante conferência de bens.

Em 26 de junho de 2007, em Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital para R\$653.355 mil, com a emissão pública de ações, passando a ser dividido em 142.857.926 ações ordinárias sem valor nominal.

Em 18 de julho de 2007, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovado o aumento de capital no montante R\$70.715 mil, com emissão de 6.428.606 ações ordinárias sem valor nominal, relativo ao lote suplementar da oferta pública.

Em 23 de setembro de 2008, através da Assembleia Geral Extraordinária foram canceladas 2.562.412 ações ordinárias, sem alteração do capital social da Companhia que é de R\$724.070 mil, dividido em 146.724.120 ações.

Na Assembleia geral extraordinária de 27 de abril de 2012, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$325.930, passando para R\$1.050.000, proveniente da Reserva de expansão, sem emissão de novas ações.

A Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização de R\$169.999.991,70 da sua Reserva de Lucros, passando seu Capital Social para o montante de R\$1.219.999.991,70, com a emissão de 10.334.346 novas ações ordinárias, dentro do limite autorizado.

Assim, em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia era de R\$1.219.999.991,70, dividido em 157.058.466 ações ordinárias

A Administração da Companhia encaminhará para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, agendada para 30 de abril de 2016, o aumento de capital social mediante a capitalização de parte da reserva de lucros, no montante de R\$ R\$136.704.485,57, com emissão de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

### *Ações em Tesouraria*

Não há ações mantidas em tesouraria.

### **Resultados a Apropriar**

Atualmente, as receitas de vendas são apropriadas ao resultado utilizando-se o método de percentual de evolução financeira de cada empreendimento (PoC), sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado das unidades vendidas dos empreendimentos, em linha ao procedimento previsto na Resolução do CFC 963/03. Em decorrência desta prática contábil, ao final de cada período possuímos saldos de Receita de Vendas a Apropriar de transações de vendas de imóveis já contratadas, referentes a imóveis não concluídos, as quais são divulgadas nas notas explicativas.

#### RESULTADOS A APROPRIAR

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Receitas a Apropriar - final do período	668.932	993.898	1.018.667	-33%	-2%
Ajuste a Valor Presente - Realizado	29.594	21.089	31.229	40%	-32%
Ajuste a Valor Presente - Não-Realizado	53.490	93.785	55.468	-43%	69%
Custo das Unidades Vendidas a Apropriar - final do período	- 372.084	- 561.151	- 512.584	-34%	9%
Resultado a Apropriar	379.932	547.621	592.780	-31%	-8%
Margem a Apropriar	50,5%	49,4%	53,6%	1,1 p.p	-4,2 p.p

Os Resultados a Apropriar pelo método do percentual de conclusão (PoC), em linha ao procedimento previsto na Resolução do CFC 963/03. Em decorrência do decréscimo no volume de lançamentos em 2014 e em 2015, seguidamente, quando comparados a 2013, ocorreu uma redução de 7,6% no penúltimo e de 31% no último exercício. A variação da margem decorre do mix de produtos (residencial e comercial) em cada período.

## 10.2. Operação e Riscos

### **a. resultados das operações do emissor**

#### RECEITA OPERACIONAL BRUTA

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Receita de venda de imóveis	1.024.585	1.093.533	1.213.636	-6%	-10%
Receita de locações e de serviços prestados	33.164	26.245	17.185	26%	53%
Total da receita operacional bruta	1.057.749	1.119.778	1.230.821	-6%	-9%

(i) Os resultados da Companhia são provenientes principalmente da incorporação, venda e financiamento de empreendimentos imobiliários. Em menor escala, a Companhia também gera receita de locações e serviços prestados através da: venda realizada por sua imobiliária ("TEC Vendas"), prestação de serviço de construção, administração de obra e gerenciamento de qualidade, custos e prazos de empreendimentos realizados com parceiros.

A Receita de Vendas de Imóveis foi apropriada ao resultado utilizando-se o método de percentual de evolução financeira de cada empreendimento (PoC), sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado das unidades vendidas dos empreendimentos, em linha ao procedimento previsto na Resolução do CFC 963/03. Para os exercícios sociais encerrados em 2013, 2014 e 2015 foi descontado o Ajuste a Valor Presente (AVP) conforme o CPC 12 (ver Seção 10.4.b).

(ii) Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais foram o decréscimo no volume de lançamentos e vendas entre 2013 e 2014 e entre 2014 e 2015.

### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Entre 2014 e 2015, observou-se uma redução de 14% no volume de receita líquida (16,5% entre 2013 e 2014), decorrente de [i] uma redução na receita bruta apurada, a partir de menor volume lançado e vendido de 2013 para 2015; assim como [ii] um incremento no volume de distratos, resultado de um maior volume de unidades entregues, período na qual pode haver crescimento de distratos de clientes que não obtém financiamento bancário. Deve ser considerado também o impacto operacional e financeiro da venda da Torre A do *Ez Towers* em 2013, evento que não teve semelhante nos anos seguintes.

#### PERFORMANCE OPERACIONAL vs. RECEITA LÍQUIDA

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado			Variação	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
Lançamentos (% EZTEC)	225.836	1.068.415	1.915.482	-79%	-44%
Vendas Contratadas (% EZTEC)	412.427	881.280	1.606.908	-53%	-45%
Receita Líquida	814.363	951.472	1.138.962	-14%	-16%

A Companhia lança produtos com a finalidade de obter liquidez e rentabilidade em padrões que remunerem adequadamente o risco do negócio de incorporação e venda imobiliária. Desta forma, a opção por reduzir seguidamente o volume de lançamentos decorre do entendimento da Companhia de que o momento exige maior conservadorismo e foco na comercialização de unidades em estoque.

### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Quatro indexadores têm efeito significativo nos negócios da Companhia:

INCC: Reajusta o saldo devedor dos clientes até o término da obra, resguardando a Companhia da oscilação nos preços dos principais insumos necessários na construção de um empreendimento;

IGPM: Reajusta o saldo devedor após o término da obra dos clientes que optaram por financiar seus imóveis diretamente com a EZTEC;

TR: Reajusta as parcelas das linhas de financiamento à produção (SFH);

CDI: Remunera as aplicações financeiras da Companhia.

Cabe ressaltar que nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira e que a EZTEC não possui dívidas ou valores a receber relevantes denominados em moeda estrangeira.

Aumentos nas taxas de juros afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.

### **10.3. Operações Relevantes**

#### ***a. introdução ou alienação de segmento operacional***

A Companhia tem como foco o desenvolvimento de empreendimentos residenciais de médio a alto padrão e comerciais e no Estado de São Paulo. No período, a EZTEC não iniciou nenhum novo segmento operacional.

#### ***b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

A EZTEC é uma companhia que atua na incorporação, comercialização e financiamento aos seus clientes de unidades imobiliárias. Desta forma, a aquisição de participações societárias tem como fim o desenvolvimento de projetos para comercialização, ou o incremento de sua participação, sem alteração no escopo da atividade da Companhia.

Durante o exercício de 2012, a EZTEC adquiriu ainda 50% de participação em Wanessa Incorporadora Ltda, perfazendo um total de 100% e, adquiriu 10% em Genova Incorporadora Ltda, perfazendo um total de 60%.

Durante o exercício de 2013, a EZTEC adquiriu ainda 20% de participação em Mônaco Incorporadora S.A., perfazendo um total de 60%.

Durante o exercício de 2014, EZTEC, por meio de sua controlada Valentina Empreendimentos Imobiliários Ltda., adquiriu 30% da participação na empresa E.Z.L.I Empreendimentos imobiliários Ltda., perfazendo um total de 100%.

Durante o exercício de 2015, EZTEC, adquiriu 50% da participação na empresa Miziara Empreendimentos imobiliários Ltda., perfazendo um total de 100%.

#### ***c. eventos ou operações não usuais***

Não aplicável.

### **10.4. Alteração de Práticas Contábeis**

#### ***a. mudanças significativas nas práticas contábeis***

Com a aplicação das normas IFRS 10 (CPC 36 R3) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 – Acordos de Participações / CPC19 R2 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), algumas controladas em conjunto, deixaram de ser consolidadas, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, passando a utilizar o método de equivalência patrimonial. Essa adoção não impactou no Patrimônio Líquido e Resultado da Companhia.

Dessa maneira, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras de acordo com as normas previstas nas IFRSs para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 considerando a adoção dessas normas. A seguir os principais ajustes efetuados pela Companhia no balanço patrimonial (consolidado) de 31 de dezembro

de 2011 e 2012, e no resultado para o período findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas nessas demonstrações financeiras para fins de comparação.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem das normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o "IFRS" passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nessas demonstrações separadas.

### ***b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis***

*Efeitos da adoção dos CPCs nos ativos da controladora em 1º de janeiro de 2012:*

<u>Contas</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Efeito da adoção dos novos CPCs</u>	<u>1º/01/2012 (reapresentado)</u>
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalente de caixa	228.391	(12.597)	215.794
Contas a receber	259.033	(43.021)	216.012
Imóveis a comercializar	286.511	(53.691)	232.820
Outros	<u>124.895</u>	<u>(5.217)</u>	<u>119.678</u>
Total do ativo circulante	898.830	(114.526)	784.304
Não circulante			
Contas a receber	577.608	(49.153)	528.455
Imóveis a comercializar	261.636	(67.186)	194.450
Investimentos	-	167.733	167.733
Outros ativos	<u>36.204</u>	<u>1.764</u>	<u>37.968</u>
Total do ativo não circulante	<u>875.448</u>	<u>53.158</u>	<u>928.606</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<u><b>1.774.278</b></u>	<u><b>(61.368)</b></u>	<u><b>1.712.910</b></u>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
Fornecedores	19.694	(4.304)	15.390
Terrenos a pagar	57.352	(17.227)	40.125
Adiantamento de clientes	31.669	(5.503)	26.166
Dividendos a pagar	78.130	-	78.130
Outros	<u>60.244</u>	<u>(6.809)</u>	<u>53.435</u>
Total do passivo circulante	247.089	(33.843)	213.246
Empréstimos e financiamentos	60.957	(12.324)	48.633
Impostos com recolhimento diferido	35.203	(2.838)	32.365
Outros	<u>13.668</u>	<u>(203)</u>	<u>13.465</u>
Total do passivo não circulante	109.828	(15.365)	94.463
Total do patrimônio líquido dos acionistas	1.398.335	-	1.398.335
Total do patrimônio líquido dos acionistas não controladores	<u>19.026</u>	<u>(12.160)</u>	<u>6.866</u>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>1.774.278</b></u>	<u><b>(61.368)</b></u>	<u><b>1.712.910</b></u>

*Efeitos da adoção do CPC nos ativos e passivos do consolidado em 31 de dezembro de 2012*

<u>Contas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Efeito da adoção dos novos CPCs</u>	<u>31/12/2012 (reapresentado)</u>
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalente de caixa	52.351	(13.881)	38.470
Contas a receber	620.592	(111.492)	509.100
Imóveis a comercializar	500.529	(96.986)	403.543

Outros	<u>156.823</u>	<u>(5.304)</u>	<u>151.519</u>
Total do ativo circulante	1.330.295	(227.663)	1.102.632
Não circulante			
Contas a receber	502.186	(53.572)	448.614
Imóveis a comercializar	230.728	(56.686)	174.042
Investimentos	-	231.940	231.940
Outros ativos	<u>79.552</u>	<u>5.447</u>	<u>84.999</u>
Total do ativo não circulante	<u>812.466</u>	<u>127.129</u>	<u>939.595</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b><u>2.142.761</u></b>	<b><u>(100.534)</u></b>	<b><u>2.042.227</u></b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
Fornecedores	28.306	(5.843)	22.463
Terrenos a pagar	67.578	(2.337)	65.241
Adiantamento de clientes	43.492	(10.330)	33.162
Dividendos a pagar	79.840	-	79.840
Outros	166.961	(71.612)	95.349
Total do passivo circulante	328.599	(32.544)	296.055
Empréstimos e financiamentos	87.355	(33.633)	53.722
Impostos com recolhimento diferido	21.023	(2.372)	18.651
Outros	29.293	(18.243)	11.050
Total do passivo não circulante	137.671	(54.248)	83.423
Total do patrimônio líquido dos acionistas	1.654.661	-	1.654.661
Total do patrimônio líquido dos acionistas não controladores	<u>21.830</u>	<u>(13.742)</u>	<u>8.088</u>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>2.142.761</u></b>	<b><u>(100.534)</u></b>	<b><u>2.042.227</u></b>

*Efeitos da adoção do CPC no resultado do consolidado em 31 de dezembro de 2013*

<u>Contas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Efeito da adoção dos novos CPC's</u>	<u>31/12/2012 (reapresentado)</u>
<b>Demonstração do Resultado</b>			
Receitas líquidas	799.451	(167.038)	632.413
Custo incorrido nas unidades realizadas	(384.979)	92.052	(292.927)
Lucro Bruto	414.472	(74.986)	339.486
Despesas/Receitas Operacionais	(104.473)	73.426	(31.047)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	309.999	(1.560)	308.439
Resultado financeiro	43.852	(1.815)	42.037
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	353.851	(3.375)	350.476
Imposto de renda e contribuição social	(15.631)	3.989	(11.642)
Lucro líquido do período	338.220	320	338.540
Lucro líquido do período atribuível a:			
Acionistas	336.166	-	336.166
Participação dos não controladores	2.054	320	2.374

*Efeitos da adoção do CPC no Fluxo de caixa do consolidado em 31 de dezembro de 2012*

<u>Contas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Efeito da adoção dos novos CPCs</u>	<u>31/12/2012 (reapresentado)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	(135.546)	44.618	(90.928)
Caixa líquido das atividades de Investimentos	(42.410)	(17.710)	(60.120)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>1.916</u>	<u>(28.192)</u>	<u>(26.276)</u>



***c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor***

No exercício de 2015, o parecer do auditor considera que,

..." Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 2. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto."

No exercício de 2014, o parecer do auditor considera que,

..."Conforme mencionado na Nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram adicionalmente a Orientação OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de incorporação Imobiliária brasileiras, editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na Nota explicativa 2.16. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto."

No exercício de 2013, o parecer do auditor considera que,

..."Conforme mencionado na Nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram adicionalmente a Orientação OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de incorporação Imobiliária brasileiras, editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na Nota explicativa 2.16. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto."

A Administração avaliou as ênfases incluídas nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, copiadas acima, e tem os seguintes comentários:

A Companhia assim como as demais empresas do setor de incorporação imobiliária no Brasil, reconhecem os resultados de suas operações com base no avanço financeiro das obras. Esse critério pode não estar de acordo com os IFRS internacionais, notadamente a IFRIC 15, que determina que os resultados sejam reconhecidos quando da entrega das chaves, considerando os fatores previstos naquele dispositivo emitido pelo IFRIC.

No entanto, o assunto ainda está sendo avaliado pelo International *Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* em conjunto com o alinhamento e revisão no pronunciamento de reconhecimento de receitas de uma forma geral.

Na hipótese de a Companhia vir a ser requerida a reconhecer o resultado de suas operações de incorporação imobiliária quando da entrega das chaves, de forma diferente ao quanto estabelecido pelo OCPC 04, em vigor neste momento, que permite o registro pelo avanço financeiro das obras, os resultados de suas operações e a sua situação patrimonial poderão ser revistos e poderão ser substancialmente diferentes dos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013.



As ênfases apresentadas nos relatórios dos auditores independentes de 2015, de 2014 e de 2013 são provenientes de documentação específica gerada pelo IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, padronizando o modelo a ser divulgado, enquanto não for definida eventual alteração no normativo anteriormente mencionado.

## **10.5. Políticas Contábeis Críticas**

### *10.5.1. Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as orientações, as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC.

As demonstrações financeiras individuais da controladora apresentam os investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, diferentemente das IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos em controladas pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais, atribuíveis aos acionistas controladores. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

### *10.5.2. Base de elaboração*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### *10.5.3. Bases de consolidação*

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das controladas descritas na nota explicativa nº 9 (criadas com o propósito de administração de empreendimentos imobiliários). Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores.

#### a) Empresas controladas

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas.

#### b) Empresas controladas em conjunto

A Companhia mantém participação compartilhada nas empresas, nas quais os contratos, ou estatutos sociais e/ou acordos estabelecem controle conjunto.

A Companhia apresenta suas participações em controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em controladas e controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### *10.5.4. Combinação de negócios*

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma das contraprestações transferidas, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesas quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será transferida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, a mais-valia é mensurada como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, a mais-valia é mensurada pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, a mais-valia adquirida em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocada a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando uma mais-valia fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, a mais-valia associada à parcela alienada deve ser incluída no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. A mais-valia alienada nessas circunstâncias é apurada com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

#### *10.5.5. Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

#### *10.5.6. Utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas*

- Julgamentos: a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

- Estimativas e premissas: as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidos a seguir:

- Custos orçados: são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado;

- Tributos e demandas administrativas ou judiciais: a Companhia e suas controladas estão sujeitas, no curso normal de seus negócios, à investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e controladas, podem ser adversamente afetados, independente do respectivo resultado final;

A Companhia e suas controladas estão sujeitas à fiscalização por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, tampouco, que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final dos eventuais processos administrativos ou judiciais;

- Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, ele será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isto não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- Avaliação do valor recuperável de ativos ("impairment test"): a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: imóveis a comercializar, investimentos, imobilizado e intangível.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificados indicadores de perda de valores dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

#### *10.5.7. Instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos diretamente atribuíveis, a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa,

aplicações financeiras, contas a receber, títulos a receber, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, terrenos a pagar e contas a pagar.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

b) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Apresentados ao custo amortizado, inicialmente avaliados individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada instrumento financeiro que individualmente ou em conjunto sejam significativos. Se a Administração concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

c) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

d) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, demais contas a receber e outros recebíveis.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

- Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerário existente no caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras em operações compromissadas, mensuradas com base no custo amortizado, com seus efeitos reconhecidos no resultado.

- Aplicações financeiras

Referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDBs, Letras Financeiras do Tesouro e fundo de investimento cujo vencimento é de curto prazo e com alta liquidez e encontram-se disponíveis para negociação. Nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, todas as aplicações financeiras estão mensuradas com base no custo amortizado com os seus efeitos reconhecidos no resultado.

- Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os créditos a receber de clientes (circulante e não circulante) apresentados como contas a receber são provenientes das vendas de unidades dos empreendimentos imobiliários, sendo o valor do saldo devedor dos contratos atualizado monetariamente em conformidade com suas respectivas cláusulas de reajuste e descontado a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessária, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. Para os créditos decorrentes de contratos de venda de unidades em construção são aplicados os procedimentos descritos na nota explicativa nº 2.16. Os montantes referentes à atualização monetária dos valores a receber são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Receita de venda de imóveis" até a entrega das chaves e como "Receitas financeiras" (juros ativos) após a entrega das chaves.

#### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

#### e) Passivos financeiros

São inicialmente reconhecidos ao valor justo e posteriormente sendo avaliados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, terrenos a pagar, partes relacionadas e contas a pagar.

- i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía instrumentos financeiros passivos dessa natureza.
- ii) Empréstimos e financiamentos - após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os demais passivos financeiros possuem o mesmo critério de valorização e categoria.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

f) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou contraparte.

*10.5.8. Imóveis a comercializar*

Representados pelo custo de aquisição dos terrenos, acrescidos dos custos de construção e outros gastos relacionados ao processo de desenvolvimento dos empreendimentos em construção ou concluídos, cujas unidades ainda não foram comercializadas.

Os encargos de empréstimos e financiamentos voltados para a produção dos imóveis são capitalizados durante sua formação e realizados ao resultado de acordo com as vendas das unidades.

A Companhia através de suas controladas adquiriu terrenos na forma de permuta, por unidades no próprio local do terreno, porém até a data das demonstrações financeiras não foram lançado nenhum empreendimento nestes terrenos, os quais encontram-se registrados na contabilidade pelo seu valor contratual. O valor justo será apurado no momento em que a Companhia promover o lançamento do empreendimento e definir a tabela de preços das unidades imobiliárias.

*10.5.9. Investimentos*

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18.

A valorização dos investimentos na data de encerramento das demonstrações financeiras, e dos efeitos sobre o resultado do exercício, é realizada usando método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

*10.5.10. Imobilizado*

Registrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em propriedades de terceiros, as quais estão sendo depreciadas pelo prazo de locação dos imóveis.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Anualmente, as taxas de depreciação são revisadas para adequá-las à vida útil, quando aplicável.

#### *10.5.11. Avaliação do valor recuperável de ativos ("impairment test")*

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: Imóveis a Comercializar, Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, de 2013 e de 2012, não houve indicação de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis.

#### *10.5.12. Provisão para riscos e processos judiciais*

A provisão para demandas judiciais é reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A Companhia se utiliza da avaliação até a última instância judicial para determinar a necessidade de reconhecer provisão, considerando o histórico e perspectivas futuras de conclusão dos processos.

#### *10.5.13. Provisão para garantia*

Constituída em montante julgado necessário para cobrir gastos com manutenção em empreendimentos cobertos no período de garantia. A provisão é constituída em contrapartida do resultado (custo) à medida que os custos de unidades vendidas incorrem; eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida.

#### *10.5.14. Imposto de renda e contribuição social*

##### Correntes

Conforme permitido pela legislação fiscal, as receitas relacionadas às vendas de unidades imobiliárias são tributadas com base no regime de caixa e não com base no critério descrito na nota explicativa nº 2.16, para reconhecimento dessa receita. Em cada ano fiscal, a Companhia e cada uma de suas controladas, desde que atendam aos requisitos legais, podem optar por apurar o lucro tributável utilizando o critério do lucro real ou do lucro presumido e/ou patrimônio de afetação.

No critério de apuração pelo lucro real, os impostos são calculados como percentual do lucro líquido, aplicando-se uma taxa de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, totalizando 34%. No critério de apuração pelo lucro presumido, o lucro é presumido como 8% e 12% das receitas operacionais, para o imposto de renda "IRPJ" e a contribuição social "CSLL", respectivamente, e acrescido de 100% de outras receitas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados aplicando-se taxas de 25% e 9%, respectivamente.



Para o caso de patrimônio de afetação, o imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre as receitas decorrentes da atividade de incorporação aplicando-se as taxas de 1,26% e 0,66%, respectivamente, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2013.

Em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 convertida na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014 e com suas disposições emitidas pela Receita Federal do Brasil. A Companhia entende que a aplicação dos referidos normativos não resultará em efeitos relevantes em suas operações, portanto, não optou pela adoção antecipada para a referida lei.

#### *10.5.15. Imposto com recolhimento diferido*

O imposto de renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS diferidos de recolhimento são reconhecidos no curto e longo prazos conforme expectativa de recebimento das parcelas prevista nos contratos de compra e venda. O recolhimento diferido refere-se à diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito na nota explicativa nº 2.16., e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

#### *10.5.16. Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis*

- a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.
- b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:

O custo incorrido (custo do terreno, construção e outros gastos inerentes à respectiva incorporação imobiliária) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque;

As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão – “POC” de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos;

Os montantes das receitas de vendas reconhecidas superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes são registrados em ativo circulante ou não circulante, na rubrica “Contas a receber”. Os montantes recebidos de clientes superiores aos valores reconhecidos de receitas são contabilizados na rubrica “Adiantamentos de clientes”.

A receita de venda está apresentada ao seu valor justo, em função ao ajuste a valor presente efetuado sobre as contas a receber de empreendimentos em construção.

#### *10.5.17. Ajuste a valor presente de contas a receber e terrenos a pagar*

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Companhia, através de suas controladas, ajustou os saldos de contas a receber a prazo de unidades não concluídas e terrenos a pagar a valor presente, considerando como taxa de desconto a variação das Notas do Tesouro Nacional - série B - NTN-B que acompanha a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Para os saldos de curto prazo é avaliada a relevância de seu efeito em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### *10.5.18. Demonstração do valor adicionado*

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as



disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 10.5.19. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	Convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”) e FASB (“Financial Accounting Standards Board”) sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016.
IAS 38/CPC 04 (R1) – Ativo Imobilizado	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016.

Em maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, com a finalidade de esclarecer e convergir o reconhecimento de receitas inclusive na operação de incorporação imobiliária. A Administração da Companhia aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras.

#### 10.5.20. Comentários dos Diretores sobre a adoção das políticas contábeis

Dentre as práticas mencionadas anteriormente, a Administração entende como mais críticas aquelas referentes à receita e apropriação de custo, dado que quaisquer mudanças nos critérios adotados pelos órgãos reguladores e contábeis trarão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Entretanto, a Administração da EZTEC entende que as políticas contábeis adotadas apresentam de forma adequada a realidade da sua operação, considerando o ciclo longo do negócio, iniciado a partir da aquisição do terreno, passando pela incorporação e venda do imóvel, o período de construção até a entrega e o recebimento dos valores referentes às vendas.

Os impactos das receitas e custos não reconhecidos em resultados são apresentados em notas explicativas e são avaliados de forma contínua, apresentando estimativas que reflitam a realidade do negócio da Companhia, sempre observando o seu ciclo operacional.

### 10.6. Itens Relevantes Não-Evidenciados nas Demonstrações Financeiras

#### *a. itens relevantes não-evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não aplicável.

#### *b. outros itens não-evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não aplicável.

### 10.7. Outros Itens Não-Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

***a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor***

Não aplicável.

***b. natureza e o propósito da operação***

Não aplicável.

***c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação***

Não aplicável.

## **10.8. Plano de Negócios**

***a. investimentos***

Conforme mencionado na Seção 10.1.d, a Companhia não possui investimentos em ativos não-circulantes.

Alguns investimentos foram realizados em ativos Imobilizados e Intangíveis para o aumento da estrutura administrativa para suportar o crescimento das operações da Companhia. Esses investimentos estão concentrados, principalmente, em móveis de escritório, computadores e licenças de softwares.

Para maiores informações, vide as Seções 10.1.h – Imobilizado e 10.1.h – Intangível.

Não existe previsão de investimentos ou desinvestimentos relevantes nos próximos anos.

***b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor***

Não aplicável.

***c. novos produtos e serviços***

Não aplicável.

## **10.9. Outros Fatores que Influenciaram de Maneira Relevante o Desempenho Operacional**

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia faz uso de despesas de publicidade, que variam conforme a necessidade de realização de campanhas de vendas para lançamentos ou produtos em estoque, tendo atingido R\$37,4 milhões em 2015. Demais despesas relativas a patrocínios, parcerias e convênios não possuem impacto relevante no desempenho operacional da Companhia.

## PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Para o exercício de 2016, a Companhia propõe o montante global de até R\$19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) para a remuneração dos administradores da Companhia.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM nº 480 estão indicadas a seguir.

### 13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

#### 13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

##### *a. objetivos da política ou prática de remuneração*

###### *Conselho de Administração e Diretoria Estatutária*

A remuneração dos administradores é determinada de acordo com [i] as funções e responsabilidades de cada um; [ii] relação a outros executivos da indústria de construção imobiliária, e [iii] o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir as metas operacionais e de lucratividade.

Além disso, os diretores fazem jus a plano de saúde e, diretores, o presidente do conselho de administração e vice-presidente do conselho de administração fazem jus ao benefício de auxílio combustível.

Dessa forma, a política de remuneração de nossos administradores inclui: [i] remuneração fixa; [ii] remuneração variável, relacionada com metas operacionais e de lucratividade e [iii] remuneração indireta, representada pelos benefícios indicados anteriormente.

Apesar de possuir um Plano de Opções de Compra de Ações, não foi outorgado a nenhum dos administradores a opção de compra de ações da Companhia.

###### *Conselho Fiscal*

O Conselho Fiscal da EZTEC não tem caráter permanente, tendo sido instituído para os exercícios de 2009, de 2012, 2013, 2014 e 2015. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é estabelecida segundo a legislação existente. Respeitando a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração de 10% do valor médio pago aos diretores.

###### *Comitês*

A EZTEC não possui comitês remunerados.

##### *b. composição da remuneração*

###### *i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

a) Remuneração Fixa: salário base (conselho de administração e diretoria). Objetivo: reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado);

b) Remuneração Variável: bônus ou participação nos lucros (diretoria). Objetivo: premiar o alcance e superação das metas globais da empresa, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e concorrência;

c) Benefícios: auxílio combustível (diretoria, presidência e vice-presidência do conselho de administração). Objetivo: viabilizar o transporte dos administradores para a prospecção de terrenos, fiscalização das obras e para as reuniões com parceiros; plano de saúde (diretoria). Objetivo: Oferecer cuidados preventivos relativos a saúde dos seus diretores.

d) Incentivo de Longo Prazo: plano de opções de compra de ações (conselho de administração e diretoria). Objetivo: alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas. Até o presente momento não foi outorgada nenhuma opção de compra de ações.

*ii. em relação aos 3 últimos exercício sociais, a proporção de cada elemento na remuneração total*

Não há proporção definida de cada elemento na remuneração total. A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores, nem 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.

Caberá ao Conselho de Administração, observado o limite disposto pela Assembleia Geral, a fixação dos critérios para a atribuição da participação nos lucros aos administradores.

<b>2012</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração Fixa	96,2%	82,9%	100,0%
Remuneração Variável	0,0%	15,0%	0,0%
Benefícios	3,8%	2,1%	0,0%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

<b>2013</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração Fixa	97,5%	63,2%	100,0%
Remuneração Variável	0,0%	35,5%	0,0%
Benefícios	2,5%	1,2%	0,0%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

<b>2014</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração Fixa	100,0%	52,4%	100,0%
Remuneração Variável	0,0%	47,6%	0,0%
Benefícios	0,0%	0,0%	0,0%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

<b>2015</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração Fixa	100,0%	65,8%	100,0%
Remuneração Variável	0,0%	34,2%	0,0%
Benefícios	0,0%	0,0%	0,0%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

*iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

*iv. razões que justificam a composição da remuneração*

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

*v. existência de membros não remunerados e a razão para este fato*

Não existem membros não remunerados na administração da Companhia.

***c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração***

O principal indicador de desempenho da Companhia e considerado para efeito de remuneração variável é o Lucro Líquido.

***d. estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho***

O acompanhamento do indicador é realizado trimestralmente e a apuração final dos resultados é feita no ano subsequente ao exercício e aprovada pelo Conselho de Administração. À critério do Conselho de Administração, os honorários aprovados para remuneração variável poderão ser pagos, caso entenda-se que as metas foram alcançadas ou superadas.

***e. alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo***

A remuneração fixa e os benefícios estão alinhados aos praticados pelo mercado, visando a satisfação e a viabilização das atividades desenvolvidas, atendendo, dessa forma, aos interesses de curto prazo dos administradores e da Companhia.

Já a remuneração variável, atrelada ao cumprimento dos indicadores de desempenho, além de premiar a boa performance financeira e operacional, busca a permanência dos administradores no médio prazo, já que o benefício somente é pago aos executivos que permanecem na Companhia até o final do exercício social.

Apesar de possuir um plano de opção de compra de ações, até o presente momento não foi outorgado nenhum direito de opção de compra de ações. Cabe ressaltar que parte significativa dos administradores também é acionista controlador, garantindo dessa forma o alinhamento com os interesses dos acionistas.

***f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos***

Conforme detalhado no item 13.15, parte da remuneração fixa dos administradores é realizada através das sociedades controladas, valores esses que já se encontram consolidados no item 13.2 deste formulário.

***g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia***

Não aplicável.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

2013	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,33	9,67	2,75	19,75
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	R\$ 920.184,00	R\$ 6.313.570,10	R\$ 167.218,00	R\$ 7.400.972,10
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 24.000,00	R\$ 122.250,00	R\$ -	R\$ 146.250,00
Participação em Comitês	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Remuneração Variável (R\$)				
Bônus	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Participação nos Resultados	R\$ -	R\$ 3.549.530,00	n.a.	R\$ 3.549.530,00
Participação em Reuniões	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Comissões	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Benefícios pós-emprego	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Remuneração baseada em ações	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
<b>Total</b>	<b>R\$ 944.184,00</b>	<b>R\$ 9.985.350,10</b>	<b>R\$ 167.218,00</b>	<b>R\$ 11.096.752,10</b>

2014	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,00	10,00	3,00	21,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	R\$ 1.701.144,00	R\$ 7.190.531,00	R\$ 192.357,00	R\$ 9.084.032,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Participação em Comitês	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Remuneração Variável (R\$)				
Bônus	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Participação nos Resultados	R\$ -	R\$ 6.544.169,00	n.a.	R\$ 6.544.169,00
Participação em Reuniões	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Comissões	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Benefícios pós-emprego	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Remuneração baseada em ações	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.701.144,00</b>	<b>R\$ 13.734.700,00</b>	<b>R\$ 192.357,00</b>	<b>R\$ 15.628.201,00</b>

2015	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,33	10,00	R\$ 3,00	20,33
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	R\$ 1.340.000,00	R\$ 7.918.555,00	R\$ 206.664,00	R\$ 9.465.219,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Participação em Comitês	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Remuneração Variável (R\$)				
Bônus	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Participação nos Resultados	R\$ -	R\$ 4.122.541,67	n.a.	R\$ 4.122.541,67
Participação em Reuniões	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Comissões	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Benefícios pós-emprego	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Remuneração baseada em ações	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.340.000,00</b>	<b>R\$ 12.041.096,67</b>	<b>R\$ 206.664,00</b>	<b>R\$ 13.587.760,67</b>

\*O número de membros de cada órgão corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.



<b>2016E</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	7,00	10,00	R\$ 3,00	20,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	R\$ 2.409.333,33	R\$ 9.280.000,00	R\$ 324.000,00	R\$ 12.013.333,33
Benefícios diretos e indiretos	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Participação em Comitês	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Remuneração Variável (R\$)				
Bônus	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Participação nos Resultados	R\$ -	R\$ 6.986.666,67	n.a.	R\$ 6.986.666,67
Participação em Reuniões	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Comissões	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Benefícios pós-emprego	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
Remuneração baseada em ações	R\$ -	R\$ -	n.a.	R\$ -
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.409.333,33</b>	<b>R\$ 16.266.666,67</b>	<b>R\$ 324.000,00</b>	<b>R\$ 19.000.000,00</b>

### 13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Dados		2013	2014	2015	2016E	
Diretoria Estatutária	Número de membros		9,67	10,00	10,00	10,00
	Remun. Variável:	Mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Bônus	Previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Valor reconhecido no resultado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Remun. Variável:	Mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 3.460.000	R\$ 6.544.169	R\$ 4.122.542	R\$ 6.986.667
	Participação no Resultado	Previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	R\$ 2.681.500	R\$ 6.544.169	R\$ 4.122.542	R\$ 6.986.667
		Valor reconhecido no resultado	R\$ 3.549.530	R\$ 6.544.169	R\$ 4.122.542	R\$ 6.986.667
	Conselho de Administr.	Número de membros		7,33	8,00	7,33
Remun. Variável		Mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Bônus		Previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Valor reconhecido no resultado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Remun. Variável		Mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 174.000	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Participação no Resultado		Previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	R\$ 134.850	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Valor reconhecido no resultado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Conselho Fiscal		Número de membros		3,00	3,00	3,00
	Remun. Variável	Mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Bônus	Previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Valor reconhecido no resultado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Remun. Variável	Mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Máximo previsto no plano de remuneração	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Participação no Resultado	Previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Valor reconhecido no resultado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

### 13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

#### a. termos e condições gerais

O Plano de Opções de Compra de Ações da EZTEC ("Plano"), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 03 de março de 2007, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia e administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, nos termos do Artigo 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("Comitê"). Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, sendo um deles necessariamente membro do Conselho de Administração da Companhia e os demais, eleitos pelo Conselho de Administração. Os membros deste Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços altamente qualificados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle ("Beneficiários").

#### b. principais objetivos do plano

O plano tem por objetivo permitir que administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob seu controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os

interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

***c. forma como o plano contribui para esses objetivos***

O plano contribui permitindo o alinhamento de objetivos entre acionistas, administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob seu controle.

***d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia***

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

***e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo***

O plano alinha os interesses dos acionistas, dos administradores e da Companhia por meio da performance das ações da EZTEC, permitindo que haja uma visão comum na melhoria da gestão e no comprometimento com os resultados de longo prazo e no desempenho de curto prazo.

***f. número de ações abrangidas***

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2,0% (dois por cento) das ações do capital da Companhia existentes no período, contanto que o número total de ações emitidas, ou passíveis de serem emitidas, nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

***g. número máximo de opções a serem outorgadas***

Até 31 de dezembro de 2015, não havia sido outorgada nenhuma opção de compra. Dessa forma, o número máximo de opções a serem outorgadas permanece em 2% (dois por cento) das ações do capital da Companhia existentes no período.

***h. condições de aquisição de ações***

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento ("Contrato de Opção").

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso), poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção, e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

***i. critérios de fixação do preço de aquisição ou exercício***

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê (conforme o caso) fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, respeitado o preço mínimo de 90% (noventa por cento) do valor médio das ações da Companhia da mesma espécie nos últimos 60 (sessenta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente anteriores à data da outorga da opção, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração, ou pelo Comitê (conforme o caso).

***j. critérios para fixação do prazo de exercício***

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

#### ***k. forma de liquidação***

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida acima, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

#### ***l. restrições à transferência das ações***

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso), poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção, e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

#### ***m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano***

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

#### ***n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações***

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:

- (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços, ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou por aposentadoria: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, proporcionalmente ao tempo em que o Beneficiário se manteve vinculado à Companhia durante todo o prazo para aquisição do direito de exercício da opção, descontados os direitos eventualmente

já exercidos até a data do seu desligamento, devendo neste caso o Beneficiário exercer seus direitos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(d) desligar-se da Companhia por invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento permanecerão inalterados, podendo ser exercidos normalmente, nos termos do Contrato;

(e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

**13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável.

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

Não aplicável.

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

Não aplicável.

**13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)**

Não aplicável.

**13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

Órgão	2015	
	Ações detidas diretamente	Ações detidas indiretamente
Conselho de Administração	583.796	76.326.249
Diretoria	160.216	25.131.823
Conselho Fiscal	0	0
	<u>744.012</u>	<u>101.458.072</u>

Das 25.292.039 ações detidas, direta e indiretamente, pelos membros da Diretoria ao final de 2014, 447 pertenciam a diretores não pertencentes ao grupo de controle, sendo as demais pertencentes aos controladores (209.396 detidas por cônjuges ou dependentes).

Das 76.910.045 ações detidas, direta e indiretamente, pelos membros do Conselho de Administração ao final de 2015, 3 pertenciam a conselheiros não pertencentes ao grupo de controle, sendo as demais pertencentes aos controladores (12.270 detidas cônjuges ou dependentes).

As ações mencionadas neste item foram emitidas pela Companhia. As ações detidas indiretamente, mencionadas acima, pertencem às controladoras EZ PARTICIPAÇÕES LTDA., SMM PARTICIPAÇÕES LTDA., GAR PARTICIPAÇÕES S.A., HPC PARTICIPAÇÕES LTDA., VJR Participações S.A, BAROLO PARTICIPAÇÕES S.A., MAPECA PARTICIPAÇÕES S.A., SZA PARTICIPAÇÕES S.A. e Valley Participações S.A.

### **13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela**

Não aplicável.

### **13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal, valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual**

<b>2013 (R\$) (anual)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	7,33	9,67	2,75
Valor da maior remuneração individual	R\$ 124.348,00	R\$ 1.668.300,00	R\$ 55.739,00
Valor da menor remuneração individual	R\$ 124.348,00	R\$ 894.464,00	R\$ 55.739,00
Valor médio da remuneração individual	R\$ 122.739,27	R\$ 1.037.528,90	R\$ 60.806,55

Obs.: Conselho Fiscal instalado nos períodos entre janeiro e abril e entre maio e dezembro de 2013

<b>2014 (R\$) (anual)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	8,00	10,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	R\$ 212.643,00	R\$ 1.815.716,83	R\$ 64.119,00
Valor da menor remuneração individual	R\$ 212.643,00	R\$ 1.342.714,40	R\$ 64.119,00
Valor médio da remuneração individual	R\$ 212.643,00	R\$ 1.373.470,00	R\$ 64.119,00

<b>2015 (R\$) (anual)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	7,33	10,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	R\$ 180.000,00	R\$ 1.560.575,67	R\$ 68.888,00
Valor da menor remuneração individual	R\$ 80.000,00	R\$ 938.502,00	R\$ 68.888,00
Valor médio da remuneração individual	R\$ 182.727,27	R\$ 1.204.109,67	R\$ 68.888,00

<b>2016E (R\$) (anual)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	7,00	10,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	R\$ 344.190,48	R\$ 2.100.000,00	R\$ 108.000,00
Valor da menor remuneração individual	R\$ 344.190,48	R\$ 1.400.000,00	R\$ 108.000,00
Valor médio da remuneração individual	R\$ 344.190,48	R\$ 1.626.666,67	R\$ 108.000,00

**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)**

Não aplicável.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

<b>Órgão</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Conselho de Administração	45,9%	50,6%	53,7%
Diretoria Executiva	47,6%	56,8%	58,2%
Conselho Fiscal	-	-	-

**13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não aplicável.

**13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

<b>Sociedades Controladas</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Conselho de Administração	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Diretoria Executiva	R\$ 722.456	R\$ 818.076	R\$ 1.030.335
Conselho Fiscal	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Conforme mencionado no item 13.1.f, a remuneração acima indicada refere-se à administração das sociedades controladas pela EZTEC. Ressalta-se que os valores acima já se encontram consolidados no item 13.2 deste formulário.

Não existem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, e sociedades sob controle comum, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações que a Companhia julga relevante foram divulgadas nos itens anteriores.